



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 062/13

Altera dispositivos da Lei nº 11.580/96, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

“Art. 39. ...

(...)

§ 3º Não se considera início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização a comunicação do fisco sobre inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte mediante autorregularização.

§ 4º A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das inconsistências identificadas pelo fisco, nos termos e condições estabelecidos na comunicação de que trata o § 3º e será regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 5º A manutenção da espontaneidade, na hipótese da autorregularização, se restringe às inconsistências descritas na comunicação.”

Art. 2º O art. 40 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55 será reduzida:

I - do primeiro ao trigésimo dia seguintes ao dia em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso;

II - a partir do 31º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, até a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, em 50% (cinquenta por cento).

§ 1º As demais multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, serão reduzidas nos percentuais abaixo indicados, desde que quitadas juntamente com as demais quantias exigidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando pagas até o trigésimo dia subsequente ao da ciência do auto de infração;

II - em 20% (vinte por cento), quando pagas até o trigésimo dia subsequente ao da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º, os juros incidentes sobre a multa também serão reduzidos em 20% (vinte por cento).

§ 3º Os benefícios previstos neste artigo prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores."

Art. 3º O § 2º do art. 41 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficientes para liquidação do débito, ficando dispensados quando os valores parcelados forem inferiores a oitocentas UPF/PR e a quantidade de parcelas não for superior a doze."

Art. 4º O inciso I do § 1º do art. 55 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;"

Art. 5º A alínea "a" do inciso XV do § 1º do art. 55 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto, por período de apuração;"

Art. 6º Os incisos II, IV, V, VI, VIII, IX, X e XI do art. 56 da Lei nº 11.580/96 passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal se considera iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, com intimação do sujeito passivo, seu representante ou preposto, na forma prevista no inciso V, alínea "a";

b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção de mídias, de informações digitais, de documentos ou de livros comerciais e fiscais;

c) por qualquer outro ato escrito, praticado por Auditor Fiscal no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

(...)

do § 1º do art. 40;

XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo em primeira instância é de competência do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la para autoridade administrativa, podendo essa solicitar audiência de órgão da Coordenação da Receita do Estado ou da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, observando-se que:

- a) a autoridade julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do reclamante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, justificadamente;
- b) deverá ser aberto prazo de quinze dias para eventual complementação da reclamação, se da realização de diligências resultar a apreensão ou anexação de novos documentos, que implique inovação no conjunto probatório;
- c) fará parte da decisão relatório resumido do processo, parecer circunstanciado sobre a matéria discutida, razões da defesa, fundamentos legais e conclusão;"

Art. 7º A alínea "c" do inciso III do art. 56 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos lançamentos de ofício e dos processos administrativos fiscais;"

Art. 8º O inciso III do art. 56 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas "d", "e", "f" e "g":

"III – ...

(...)

d) o auto de infração, exceto o decorrente de fiscalização de trânsito de mercadorias, será instruído com relatório fiscal circunstanciado sobre as questões de fato e de direito motivadoras do lançamento de ofício;

e) não se declarará a nulidade: se não houver prejuízo às partes; em favor de quem lhe houver dado causa, por ação ou omissão; se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingido a sua finalidade;

f) a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência;

g) a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade o eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal;"

Art. 9º O item 1 da alínea "a" do inciso XII do art. 56 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. de ofício, da decisão que declarar improcedente o lançamento, desde que o montante atualizado do crédito tributário, na data da decisão, seja superior a

1.000 UPF/PR, formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão;"

Art. 10. O art. 56 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 56. ...

(...)

Parágrafo único. A administração tributária poderá estabelecer hipóteses em que as reclamações, os recursos ou outros documentos e procedimentos possam ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em formato digital."

Art. 11. O § 2º do art. 57 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado na forma dos itens 2 a 4 da alínea "a" do inciso V do art. 56, observado o disposto na alínea "e" desse inciso."

Art. 12. O art. 59 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. A administração tributária poderá, mediante decisão fundamentada:

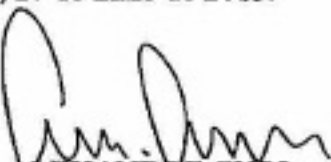
I - anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais;


II - retificar seus próprios atos quando esses apresentarem defeitos sanáveis e se evidencie lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros."

Art. 13. Ficam revogados o § 3º do art. 35, o § 3º do art. 41, bem como o inciso VII e a alínea "b" do inciso XIV do art. 56, todos da Lei nº 11.580/96.

Art. 14. As alterações promovidas por esta Lei entram em vigor na data de sua publicação, exceto as alterações promovidas pelos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que entram em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 078/13

Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Produtores Rurais
Familiars de Formosa do Oeste,
com sede e foro no Município de
Formosa do Oeste.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
dos Produtores Rurais Familiares de Formosa do Oeste, com sede
e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita, provavelmente do relator.
Relator

Assinatura manuscrita, provavelmente de outro membro da comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 15 MAIO 2013
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 191 /2013

Concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 1º Fica concedido aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Reajuste Geral anual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único O reajuste de que trata este artigo é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º O índice fixado no Art. 1º desta Lei será implementado em folha de pagamento, sendo 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento) no mês de julho de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013

[Assinatura]
Deputado VALDIR ROSSONI

PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

1º SECRETÁRIO

[Assinatura]
Deputado ADEMIR BIER

2º SECRETÁRIO

14144 15/05/2013 08:51:20 46, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000

04512-DAF



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

A Assembleia Legislativa, respeitando o princípio isonômico, vem adotando a mesma data base utilizada pelo Poder Executivo para a revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões dos respectivos servidores, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

A matéria traz anexo o Relatório de impacto da despesa, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.



Deputado **VALDIR ROSSONI**

PRÉSIDENTE



Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

1º SECRETÁRIO



Deputado **ADEMIR BIER**

2º SECRETÁRIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



IMPACTO FINANCEIRO COM O REAJUSTE SALARIAL DE 6,49 %.

Cálculo do Impacto financeiro com o reajuste de 6,49% ao salário dos funcionários: Efetivos, Pensionistas e Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013.

1)	Total de despesa com Pessoal no período de maio/2012 a abril/2013	101.297.245,35*
2)	Receita Corrente Líquida período de março/2012 a fevereiro/2013	22.286.523.631,55
	Percentual	0,45%
3)	Despesa com pessoal dos meses de janeiro, fevereiro e março/2013	21.110.571,01
4)	Total da despesa com pessoal com base no mês de abril/2013	7.882.382,97
5)	Reajuste anual referente 3,20% (maio)	252.236,25
6)	Total mensal da despesa com pessoal para os meses de maio e junho/2013	8.134.619,22
7)	Reajuste anual referente 3,29% (julho)	267.268,97
8)	Total da despesa com pessoal para o mês de julho/2013	8.402.248,19
9)	Despesa de pessoal maio/2013 a dezembro/2013, inclusive 13º salário.	75.084.975,77
10)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2013 = (3+4+9)	104.077.929,75
11)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2013 / R.C.L. (10/2*100)	0,47%

*considerando apenas os gastos com pessoal efetivo, pensionista e inativo.

OBS.:

1 - Os valores acima foram calculados sobre a Receita Corrente Líquida do período de março/2012 a fevereiro/2013, sem considerar qualquer aumento de Receita.

2 - Estimando um crescimento de 12,36% na Receita Corrente Líquida do exercício de 2013, totalizando R\$ 25.042.444.782,00, reduziria o índice de pessoal de 0,47% para 0,41%.

3 - O limite máximo (incisos I, II e III do art. 22 da LRF) = 1,64%; e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) = 1,55%.

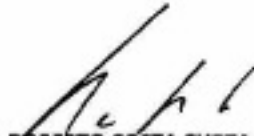
Receita Corrente Líquida referente aos 03 exercícios anteriores

Exercício de 2010 - R\$ 16.963.003.163,63


Exercício de 2011 - R\$ 19.713.401.709,34 - 16,21%

Exercício de 2012 - R\$ 22.286.523.631,55 - 13,05%

Curitiba, 15 de maio de 2013.


ROBERTO COSTA CURTA
Diretor Geral


CLÉBER AUGUSTO CAVALLI
Diretor de Apoio Técnico


SÉRGIO BRUN
Diretor Financeiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa à recomposição salarial dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (LDO).

Curitiba, 15 de maio de 2013

DEPUTADO ESTADUAL PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/13

Projeto de Lei nº. 191/13

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Concede reajuste às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE GERAL ÀS REMUNERAÇÕES, PROVENTOS E PENSÕES DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 54 E 65 DA CE. ARTS. 18, 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

RESUMO

O projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Pretende o projeto em comento aplicação do referido reajuste na forma de 3,2 % (três vírgula dois por cento) nos meses de maio e junho de 2013, e a partir de julho do corrente ano adiciona-se o reajuste de 2,29 % (três vírgula vinte e nove por cento), sendo que após o período



estabelecido, estarão os servidores recebendo completamente os valores propostos de 6,49 % (seis vírgula quarenta e nove por cento).

Durante a análise da possibilidade legal da concessão do reajuste pretendido, não foram encontrados óbices que ensejassem a rejeição do projeto em análise, assim como, não se afere vícios de constitucionalidade, fato que também não impede sua aprovação, conforme a diante pode ser notado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Como se trata de projeto cujo mérito trata-se de reajuste de remuneração de servidor do Legislativo, imperioso a necessidade de observar o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis, determinando a competência da Mesa Executiva em iniciar o processo legislativo no caso de fixação da respectiva remuneração, vejamos:



Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

(...)

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

(...)

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Há de se destacar que o Regimento Interno ao autorizar a Mesa Executiva o início do processo legislativo quando se tratar de remuneração de cargos e funções está cumprindo determinação prevista na Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
(Grifamos)



Ainda, relativo a Constitucionalidade da matéria, é de ser demonstrar que encontra o projeto de Lei em comento guaria no artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Apurada a constitucionalidade do presente projeto de Lei, indispensável mencionar que se trata de medida a qual gerará aumento de despesas do Proponente, por isso a necessidade de apurar se tal elevação nas despesas estão de acordo com o corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ao que se refere a legalidade do projeto em relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, não existem óbices, uma vez que estão apresentados Relatório de Impacto Financeiro, bem como Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Ademais, para o fim de sanar eventuais vícios, sugere-se a Emenda modificativa anexa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR








Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 191/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º O índice fixado no Art. 1º desta Lei será implementado em folha de pagamento, sendo 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,19% (três vírgula dezenove por cento) no mês de julho de 2013."

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/13

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Comissão Executiva e objetiva conceder reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) atende ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e, ainda, alcança os servidores inativos e pensionistas.

Ressalta o autor, que a implementação do reajuste se dará da seguinte forma: 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013; e, 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento) no mês de julho de 2013.

Observe-se que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Paraná.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro com o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) ao salário dos funcionários efetivos, pensionistas e inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, terá a despesa de pessoal nos meses de maio/2013 a dezembro/2013, inclusive com o 13º salário no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

valor de R\$75.084.975,77 (setenta e cinco milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme Informação dos Diretores Financeiro, Geral e de Apoio Técnico.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada pela Declaração do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 - LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela LDO.

CONCLUSÃO

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** com a **Emenda Modificativa** apresentada pela **Comissão de Constituição e Justiça**, corrigindo o valor da segunda parcela do reajuste para 3,19% (três vírgula dezenove por cento).

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/13.


DEPUTADO WALDYR PÓLIESI
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUCH
RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI 49113

Súmula: Altera a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

.....


§ 3º

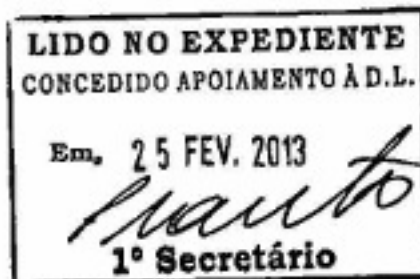
.....

IV – apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de fevereiro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

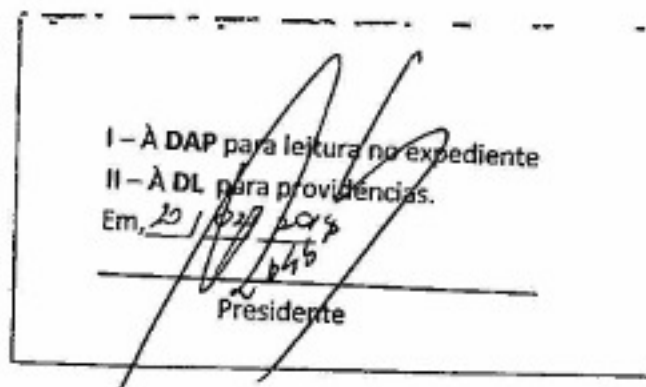


MENSAGEM

Nº 012/2013

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar, conforme específica, a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, em razão da natureza de suas atribuições legais e por estar vinculada à execução de políticas públicas voltadas à assistência social e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de coordenar a execução de medidas socioeducativas, tem se valido, em muitas oportunidades, da cooperação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução descentralizada de suas competências.

Essa possibilidade de a Administração Pública, por meio de convênios, ajustes e outros instrumentos da chamada "administração consensual", poder somar esforços com organizações de natureza privada, vai ao encontro do atendimento de demandas sociais sempre crescentes, num contexto em que os recursos não crescem em igual ritmo. Por isso, a gestão pública atual encontra um importante sustentáculo na cooperação, na colaboração, sob regime de direito público, com as referidas entidades.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.688.515-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sucede que alguns requisitos legais estabelecidos em leis genéricas com condição para a celebração desses vínculos com a Administração, podem, por vezes, causar lamentáveis embaraços na dinâmica do processo de cooperação acima mencionado.

É o que está ocorrendo em relação à Lei Estadual nº 16.244/2009, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste, a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública. Especificamente no seu inciso IV do parágrafo 3º do artigo 1º, está disposto o seguinte:

"§ 3º. O repasse de que trata o *caput* deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

(...)

IV – apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;"

As exigências apresentadas no art. 75 da Lei nº 15.608/07 eram as mesmas apresentadas pelo art. 29 da Lei nº 8.666/93. Todavia, em 7 de julho de 2011, foi publicada a Lei nº 12.440, que acrescentou ao artigo 29 da Lei nº 8.666/93 o inciso V, onde consta mais uma exigência, qual seja, a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Como a Lei Estadual nº 16.244/09 está determinando expressamente o cumprimento do art. 29 da Lei nº 8.666/93, foi imediatamente necessário apresentar a CNDT como uma das condições para o repasse de recursos públicos a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública.

A realidade, no entanto, tem demonstrado que essas entidades sem fins lucrativos, por enfrentarem dificuldades materiais, podem ficar à mercê de demandas judiciais, inclusive trabalhistas. Nesse caso, em razão da novidade trazida pela Lei nº 12.440/11, com a adição de mais uma certidão negativa – CNDT – como condição de aferição da regularidade da empresa licitante em certame promovido pela Administração Pública, as consequências foram graves. Inúmeras entidades privadas sem fins lucrativos foram impossibilitadas de receber recursos da Administração porque os débitos trabalhistas impedem a obtenção de CNDT. Mesmo quando ainda há oportunidade de o devedor interpor recurso contra a sentença condenatória ao pagamento do débito. É flagrante a violação ao direito constitucional à ampla defesa que, no caso de entidades carentes de recursos financeiros, não têm como defender seus direitos. Inclusive, vale mencionar que a Confederação Nacional das Indústrias – CNI ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 12.440/11, junto ao Supremo Tribunal Federal, ADI 4716, alegando que a dita Lei afronta o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, bem como o princípio da livre-concorrência.

De todo modo, as entidades sem fins lucrativos não podem ser



confundidas com empresas privadas que visam lucro e que concorrem para serem contratadas pela Administração Pública. As entidades sem fins lucrativos, sobre as quais estamos tratando, têm o objetivo social humanista, beneficente, filantrópico e assistencial. Não perseguem o lucro quando celebram convênios com a Administração Pública, fazem-no com o intuito de colaborar na realização do bem comum, em defesa do interesse público primário. Além disso, vale lembrar, são entidades que já passaram por um crivo investigatório que lhes valeu a concessão do título de utilidade pública.

Assim, em razão de que a própria Lei 8.666/93, no art. 116, estabelece que suas disposições serão aplicáveis aos convênios "no que couber", entendemos cabível interpretar a norma legal no sentido de que a exigência pode ser aplicada para empresas privadas com fins lucrativos, mas para as que não têm fins lucrativos, não se justifica. Do contrário, inúmeras entidades, potencialmente capazes de colaborar com a Administração Pública na execução descentralizada de suas competências legais, ficarão impedidas de receber repasses de recursos públicos para tanto.

Tendo em vista o acima colocado, o Anteprojeto de Lei ora apresentado especifica que, nos casos da Lei nº 16.244/2009, incide apenas os incisos I a IV do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, excluindo-se a exigência do inciso V desta Lei, que trata da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Em razão do exposto é que submeto à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei reiterando, mais uma vez, que essa iniciativa se refere a uma Lei Estadual específica para entidades privadas sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida, voltar



Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original 1

Lei 16244 - 22 de Outubro de 2009

Publicado no Diário Oficial nº. 8082 de 22 de Outubro de 2009

Súmula: Autoriza o Poder Executivo realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º. ...Vetado...

§ 2º. ...Vetado...

§ 3º. O repasse de que trata o "caput" deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou fases programadas;

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - existência de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado na entidade recebedora;

VI - declaração da entidade recebedora de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações.

§ 4º. ...Vetado...

§ 5º. ...Vetado...

§ 6º. Anualmente deverão ser publicados os balanços correspondentes ao resultado das aplicações dos recursos recebidos e também divulgados no site oficial do Governo do Estado.

§ 7º. ...Vetado...



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/2013

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Altera a redação do inciso IV do §3º do art.1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

EMENTA: PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO PARA ALTERAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.244/2009- POSSIBILIDADE - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65, 66 E 87 DA CE - ART. 61 DA CF - ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP - CONSTITUCIONAL - PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.49/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo alterar o Artigo 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

-1-

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

Dip. Pedro Lupion

CCJ



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



De acordo com a justificativa encaminhada com a mensagem do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), em razão da natureza de suas atribuições legais e por estar vinculada à execução de políticas públicas voltadas à assistência social, por muitas vezes conta com a cooperação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução descentralizada de suas competências.

Aduz que a atual administração pública encontra importante sustentáculo na cooperação, na colaboração, sob regime de direito público, com as mencionadas entidades.

Ainda, argumenta que alguns requisitos legais estabelecidos em leis genéricas com condição para a celebração desses vínculos com a Administração podem, por vezes, causar lamentáveis embaraços na dinâmica do processo de cooperação.

Menciona que a redação da Legislação que se pretende alterar vem causando embaraço ao obrigar a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dificultando a celebração dos convênios e demais parcerias com as entidades privadas sem fins lucrativos e outras.

Desta forma, o Projeto de Lei em análise específica que nos casos da Lei nº 16.244/2009, incide apenas os incisos I a IV do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, excluindo-se a



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



exigência do inciso V desta Lei, que trata da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Uma vez encaminhada a mensagem e consequente apresentação do PL a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.¹

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá*



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia [sic], ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia [sic], sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia [sic] Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade. Ou seja, quanto ao conteúdo, também não vislumbro nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

De um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovadas integralmente.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



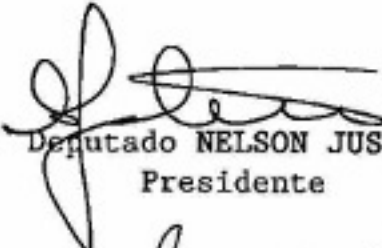
Assim, entendo pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 49/13.

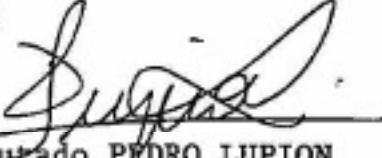
É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 49/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator







**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Deps Pericles
mello

Elton

APROVADO

16.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 049/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 012/2013 que altera a redação do inciso IV do §3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas aos Convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Governador é muito importante, uma vez que as entidades sem fins lucrativos, tem o objetivo social humanista, beneficente, filantrópico e assistencial.

Insta ressaltar que objetiva o autor da proposta alterar o art. 1º da Lei nº 16.244/09, visando excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Seguindo na análise da referida matéria, devemos observar que em relação ao questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 12 / 13 - tem por finalidade alterar a redação do inciso 3º, do artigo 1º, da Lei Estadual nº 16.244 / 09, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator
CURI

ADELINO

PASTOR EDSON



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 117/2013

EMENTA: Altera o artigo 225 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 1.º Fica alterado o art. 225 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 225. As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas judiciais, cuja denominação e competência serão fixadas e alteradas por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único – Os Juizados Especiais com unidade administrativa própria e cargo de Juiz são considerados, para fins deste artigo, varas judiciais."

Art. 2.º Ficam revogados o artigo 226, os §§ 1º e 2º do artigo 236 e o artigo 236-C da Lei citada no artigo 1º.

Art. 3.º Fica alterado o anexo IV da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade alterar a redação do artigo 225 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

A alteração visa flexibilizar a fixação da denominação e competência das Varas Judiciais e Unidades dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, de forma a melhor adequar a estrutura judicial às necessidades do jurisdicionado.

Esta flexibilização, no entanto, não é absoluta, pois o número total de varas de uma determinada comarca continua a ser definida por lei, sendo que a criação de novas varas continuará a ser feita por alteração legislativa.

Importante asseverar, no entanto, que a redação atual do Código de Organização e Divisão Judiciárias já permite a fixação de competência por resolução, a exemplo da redação do inciso IV do artigo 225 e do § 1º do artigo 236.

Assim, atribuindo nova redação ao artigo 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003, abre-se a possibilidade de que não só a competência seja fixada por Resolução, mas também a denominação de determinada Vara e Unidade Autônoma dos Juizados Especiais.

Registre-se que a alteração legislativa proposta não implica em aumento de despesas, razão pela qual deixamos de apresentar a respectiva declaração.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A matéria foi apreciada pela Comissão de Organização e Divisão Judiciária, que em sessão realizada no dia 18 de março de 2013, aprovou a proposta.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 25 de março de 2013, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 1

ALMIRANTE TAMANDARÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ALTO PARANÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ALTO PIQUIRI - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ALTÔNIA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

AMPÉRE - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ANDIRÁ - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ANTONINA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

APUCARANA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

6 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ARAPONGAS - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

6 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ARAPOTI - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ARAUCÁRIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 2



FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ASSAI - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ASSIS CHATEAUBRIAND - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ASTORGA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

BANDEIRANTES - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

BARBOSA FERRAZ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

BARRAÇÃO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

BELA VISTA DO PARAÍSO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

BOCAÍVA DO SUL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

CAMBARÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

CAMBÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final

FORO JUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 3



5 Varas Judiciais
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAMPINA DA LAGOA - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
 Juízo Único
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAMPINA GRANDE DO SUL - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL
 2 Varas Judiciais
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAMPO LARGO - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL
 5 Varas Judiciais
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAMPO MOURÃO - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL
 6 Varas Judiciais
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CÂNDIDO DE ABREU - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
 Juízo Único
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CANTAGALO - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
 Juízo Único
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAPANEMA - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL
 2 Varas Judiciais
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CAPITÃO LEONIDAS MARQUES - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
 Juízo Único
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CARLÓPOLIS - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
 Juízo Único
 Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
 ...

CASCABEL - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL
 17 Varas Judiciais



Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CASTRO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CATANDUVAS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CENTENÁRIO DO SUL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CERRO AZUL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CHOPINZINHO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CIANORTE - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CIDADE GAÚCHA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

CLEVELÂNDIA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

COLOMBO - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

8 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

COLORADO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público



FORO EXTRAJUDICIAL

...
CONGONHINHAS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CORBÉLIA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CORNÉLIO PROCÓPIO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CORONEL VIVIDA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CRUZEIRO DO OESTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CURITIBA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

112 Varas Judiciais

1º Ofício de Avaliador Judicial

2º Ofício de Avaliador Judicial

3º Ofício de Avaliador Judicial

4º Ofício de Avaliador Judicial

Ofício de Depositário Público

1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor

2º Ofício de Distribuidor

3º Ofício de Distribuidor

4º Ofício de Contador e Partidor

5º Ofício de Distribuidor

FORO EXTRAJUDICIAL

...
CURIÚVA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
DOIS VIZINHOS - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
ENGENHEIRO BELTRÃO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 6

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

FAZINAL - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

FAZENDA RIO GRANDE - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

FORMOSA DO OESTE - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

FOZ DO IGUAÇU - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

17 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

FRANCISCO BELTRÃO - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

8 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

GOIOERÊ - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

GRANDES RIOS - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

GUAÍRA - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

GUARANIÁÇU - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

GUARAPUAVA - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

11 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público





FORO EXTRAJUDICIAL

...

GUARATUBA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IBAITI - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IBIPORÁ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final

FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ICARAIMA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IMBITUVA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IPIRANGA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IPORÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IRATI - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IRETAMA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

IVAIPORÁ - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL



JACAREZINHO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

JAGUAPITÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

JAGUARIAÍVA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

JANDAIA DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

JOAQUIM TÁVORA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

LAPA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

LARANJEIRAS DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

LOANDA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

LONDRINA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final

FORO JUDICIAL

33 Varas Judiciais

1º Ofício de Avaliador Judicial

2º Ofício de Avaliador Judicial

1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público

2º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

MALLET - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 9



Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MAMBORÉ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MANDAGUAÇU - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MANDAGUARI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MANGUEIRINHA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MANOEL RIBAS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARIALVA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARILÂNDIA DO SUL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARINGÁ - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

23 Varas Judiciais

1º Ofício de Avaliador Judicial

2º Ofício de Avaliador Judicial

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARMELEIRO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

Pg. 10



Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MATELÂNDIA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MATINHOS - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MEDIANEIRA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MORRETES - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

NOVA ESPERANÇA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

NOVA FÁTIMA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

NOVA LONDRINA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

ORTIGUEIRA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

PALMAS - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

PALMEIRA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único



Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PALMITAL - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Juízo Único
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PALOTINA - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PARAÍSO DO NORTE - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Juízo Único
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PARANACITY - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Juízo Único
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PARANAGUÁ - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

8 Varas Judiciais
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PARANAVAÍ - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

8 Varas Judiciais
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PATO BRANCO - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PEABIRU - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL

Juízo Único
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PÉROLA - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL

Juízo Único
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL

...
PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL
4 Varas Judiciais
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PINHÃO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PIRAÍ DO SUL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PIRAQUARA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PITANGA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PONTA GROSSA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

17 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PONTAL DO PARANÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PORECATU - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PRIMEIRO DE MAIO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
PRUDENTÓPOLIS - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...
QUEDAS DO IGUAÇU - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL





REALEZA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

REBOUÇAS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

RESERVA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

RIBEIRÃO CLARO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

RIBEIRÃO DO PINHAL - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

RIO BRANCO DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

RIO NEGRO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

ROLÂNDIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final

FORO JUDICIAL

3 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

SALTO DO LONTRA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

SANTA FÉ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julgo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL



SANTA HELENA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SANTA ISABEL DO IVAÍ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SANTA MARIANA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO JERÔNIMO DA SERRA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO JOÃO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO JOÃO DO IVAÍ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO JOÃO DO TRIUNFO - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

12 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...



SÃO MATEUS DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

2 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SARANDI - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

5 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SENGES - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SERTANÓPOLIS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

SIQUEIRA CAMPOS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TEIXEIRA SOARES - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TELÊMACO BORBA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

4 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TERRA BOA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TERRA RICA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Juízo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TERRA ROXA - Comarca de Entrância Inicial



FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TIBAGI - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TOLEDO - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

8 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

TOMAZINA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

UBIRATÁ - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

UMUARAMA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

7 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

UNIÃO DA VITÓRIA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

6 Varas Judiciais

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

URA - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

WENCESLAU BRAZ - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

XAMBRE - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

Julzo Único

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público

FORO EXTRAJUDICIAL

...

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO IV
COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES
CAPÍTULO I
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS

Art. 225. As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas e, salvo exceções previstas, têm a competência estabelecida por este Código, observados os seguintes princípios:

(vide Lei 17003 de 14/12/2011)

I - nas de Juízo único, a competência será genérica;

II - nas de duas (2) varas, a competência será:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

III - nas de três (3) ou mais varas, a competência fixar-se-á por distribuição ou especialização;

IV - nas demais varas das comarcas de entrância final, será fixada por resolução.

TÍTULO V
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
CAPÍTULO ÚNICO
COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Revisão
Art. 226. Nas comarcas do interior, a competência dos Juízes das Varas em matéria especializada é a prevista para as correspondentes do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 236. A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta pelo Município de Curitiba, em que se situarão o Foro Central e ainda, pelos seguintes Foros Regionais:

I - Foro Regional de Almirante Tamandaré, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré), Campo Magro (Município do mesmo nome);

II - Foro Regional de Araucária, compreendendo o Distrito da sede;

III - Foro Regional de Campo Largo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos, Batelas (Município de Campo Largo), Balsa Nova (Município do mesmo nome) e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

~~**IV** - Foro Regional de Bocalúva do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Municípios do mesmo nome) e Marquês de Abrantes (Município de Tunas do Paraná);~~

IV - Foro Regional de Bocalúva do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (Municípios do mesmo nome) e Marques de Abrantes (Município de Tunas do Paraná), reclassificado em comarca de entrância inicial.
(Redação dada pela Lei 16027 de 19/12/2008)

V - Foro Regional de Campina Grande do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Paio de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), Quatro Barras (Município do mesmo nome), Jardim Paulista e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

VI - Foro Regional de Colombo, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraituba e Roça Grande (Município de Colombo);

VII - Foro Regional de Fazenda Rio Grande, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mandirituba (Município do mesmo nome), Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), Agudos do Sul (Município do mesmo nome) e Quintandinha (Município do mesmo nome);



VIII - ...Vetado...

IX - Foro Regional de Pinhais, compreendendo o Distrito da sede;

X - Foro Regional de Piraquara, compreendendo o Distrito da sede;

~~**XI** - Foro Regional de Rio Branco do Sul, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (Município do mesmo nome);~~

XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (Município do mesmo nome), reclassificado em comarca de entrância intermediária.

(Redação dada pela Lei 16027 de 19/12/2008)

XII - Foro Regional de São José dos Pinhais, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cachoeira de São José, Campo Largo da Roseira, Colônia Murici, Borda do Campo de São Sebastião, São Marcos (Município de São José dos Pinhais), e Tijucas do Sul (Município do mesmo nome).

§ 1º. A competência dos Juízos e das varas dos Foros Central e Regionais será fixada por resolução.

§ 2º. Enquanto não sobrevier essa resolução, será observado, nos Foros Regionais criados por esta Lei, o disposto na legislação anterior quando comarcas.

Art. 236-C. A competência dos Juízos e das Varas dos Foros Centrais e Regionais de que tratam os arts. 236-A e 236-B desta Lei será fixada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

Parágrafo único. Enquanto não sobrevier essa resolução, será observado, nos Foros Centrais e Regionais referidos no caput deste artigo, o disposto na legislação anterior quando comarcas.

(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

236 A
236 B

Art. 236-A Fica criada a Comarca da Região Metropolitana de Londrina, compreendendo o Foro Central de Londrina, sede da Comarca, no mesmo incluído o Distrito Judiciário de Tamarana, e os seguintes Foros Regionais:
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

I - Foro Regional de Cambé, compreendendo o Distrito da sede;

(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

II - Foro Regional de Ibiporã, compreendendo o Distrito da sede e os Distritos Judiciários de Frei Timóteo e de Antônio Brandão de Oliveira, ambos do Município de Ibiporã;
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

III - Foro Regional de Rolândia, compreendendo o Distrito da sede e os Distritos Judiciários de São Martinho e de Nossa Senhora Aparecida, ambos do Município de Rolândia, e de Pitangueiras (Município de mesmo nome).
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 1º. A Comarca da Região Metropolitana de Londrina passa a ser composta por Seção Judiciária única, de número 5 (cinco), cuja competência será fixada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 2º. A 22ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de São Jerônimo da Serra e Assaí, que passa a ser sede da Seção.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 3º. A 32ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de Primeiro de Maio, Sertãoópolis e Bela Vista do Paraíso, que passa a ser sede da Seção.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

Art. 236-B. Fica criada a Comarca da Região Metropolitana de Maringá, compreendendo o Foro Central de Maringá, sede da Comarca, e os Distritos Judiciários de Iguatemi e de Floriano (Município de Maringá), Doutor Camargo (Município de mesmo nome), Ivatuba (Município de mesmo nome), Floresta (Município de mesmo nome), Paçandu (Município de mesmo nome) e Água Boa (Município de Paçandu), e os seguintes Foros Regionais:
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

I - Foro Regional de Mandaguaçu, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pullinópolis (Município de Mandaguaçu), Ourizona (Município de mesmo nome), São Jorge do Ivaí (Município de mesmo nome) e Copacabana do Norte (Município de São Jorge do Ivaí);
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

II - Foro Regional de Sarandi, compreendendo o Distrito da sede;
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

III - Foro Regional de Marialva, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã (Município de Marialva) e de Itambé (Município de mesmo nome);
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

IV - Foro Regional de Mandaguari;
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

V - Foro Regional de Nova Esperança, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de
Barão de Lucena (Município de Nova Esperança), Ivaítinga (Município de Nova Esperança),
Floral (Município de mesmo nome), Nova Bilac (Município de Floral), Presidente Castelo
Branco (Município de mesmo nome), Atalala (Município de mesmo nome) e Uniflor (Município
de mesmo nome).
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 1º. A Comarca da Região Metropolitana de Maringá passa a ser composta por Seção
Judiciária Única, de número 6 (seis), cuja competência será fixada por Resolução do Órgão
Especial do Tribunal de Justiça.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 2º. A 39ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de Paranacity e Colorado, esta
sede da Seção.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)

§ 3º. O cargo de Juiz Substituto da então 47ª Seção Judiciária, cuja sede era a Comarca de
Sarandi, fica transformado em um Cargo de Juiz de Direito Substituto e transferido para a
Seção Judiciária Única da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.
(Incluído pela Lei 17210 de 02/07/2012)



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 26 de março de 2013.
Of. nº 315/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 25/04/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 ABR. 2013

1º Secretário

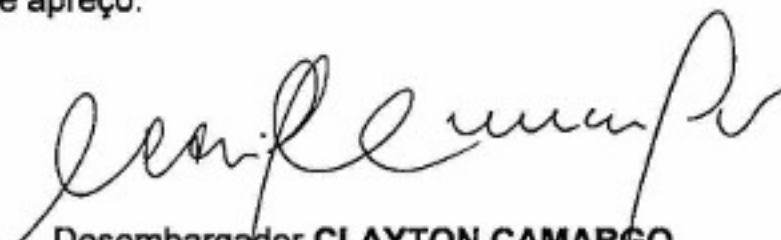
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração do artigo 225 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2004 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original

Lei 14277 de 30 de Dezembro de 2003.

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 7297 de 08/01/1980) (vide Lei 16010 de 05/12/2008) (vide Lei 16026 de 19/12/2008) (vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16029 de 19/12/2008) (vide Lei 16080 de 17/04/2009) (vide Lei 16106 de 18/05/2009) (vide ADIN 3517-7) (vide ADIN 3264-0) (vide ADIN 4243-2) (vide Lei 16743 de 29/12/2010) (vide Lei 16834 de 28/06/2011) (vide Lei 16834 de 28/06/2011) (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16962 de 05/12/2011) (vide Lei 16962 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011) (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 17003 de 14/12/2011) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012) (vide Lei 17064 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17137 de 02/05/2012)

Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, Juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.
(Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

§ 1º. São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

- I - legalidade;
- II - impessoalidade;
- III - moralidade;
- IV - publicidade;

COMARCAS, JUÍZOS E SERVIÇOS AUXILIARES
CAPÍTULO I
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS

Art. 225. As comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas e, salvo exceções previstas, têm a competência estabelecida por este Código, observados os seguintes princípios:

(vide Lei 17003 de 14/12/2011)

I - nas de Juízo único, a competência será genérica;

II - nas de duas (2) varas, a competência será:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

III - nas de três (3) ou mais varas, a competência fixar-se-á por distribuição ou especialização;

IV - nas demais varas das comarcas de entrância final, será fixada por resolução.

Art. 226. Nas comarcas do interior, a competência dos Juízes das Varas em matéria especializada é a prevista para as correspondentes do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 227. As comarcas e varas poderão ser declaradas em regime de exceção, em casos especiais, por ato do Conselho da Magistratura, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça quando este não for o proponente da medida.

Parágrafo único. Configurada a hipótese de que trata este artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça designará Juiz para exercer, cumulativamente com o titular, a jurisdição na comarca ou na vara, fixando-lhe a competência, definindo a forma de distribuição dos processos e estabelecendo o limite temporal da medida em até seis (6) meses prorrogáveis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/2013

Projeto de Lei nº. 117/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera o artigo 225 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

EMENTA: ALTERA O ART. 225 DA LEI Nº 14.277/2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera o artigo 225 da Lei nº 14.277/2003, objetivando flexibilizar a fixação da denominação e competência das Varas Judiciais e Unidades dos Juizados Especiais do Estado do Paraná.

VISTA EM 16 / 03 / 2013

Elton Ulbricht

Wilson Quintana

ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Conforme justificativa, tal flexibilização "não é absoluta, pois o número total de varas de uma determinada comarca continua a ser definida por lei, sendo que a criação de novas varas continuará a ser feita por alteração legislativa".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

(grifo nosso)

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição da República através do artigo 96, inciso II, alínea "d", estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização judiciária, conforme adiante transcrito:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

(grifo nosso)

Corrobora deste entendimento a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

(grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 315/2013-GP, que propõe a alteração do art. 225 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2004 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça é muito importante, uma vez que visa flexibilizar a fixação da denominação e competência das Varas Judiciais e "Unidades" dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, melhor adequando a estrutura judicial às necessidades do jurisdicionado.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), não acompanha a proposta, a declaração do ordenador de despesas, uma vez, que a referida matéria, não implica em aumento de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR









ANTEPROJETO DE LEI 120/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS de estabelecimento fabricante, importador ou distribuidor de combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não de petróleo, inclusive de solventes, de nafta ou de outro produto apto a produzir ou a formular combustível, de transportador revendedor retalhista, de posto revendedor varejista de combustíveis ou de empresa comercializadora de etanol, como tal definidos e autorizados por órgão federal competente, ficam sujeitos, além das demais disposições legais, ao disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se estabelecimento fabricante a refinaria de petróleo e suas bases, o produtor de gás, a central petroquímica, o formulador, o rerrefinador, a usina de açúcar e etanol e a usina de biodiesel.

§ 2º Submetem-se ainda ao disposto nesta Lei, no que couber:

I - os armazéns gerais ou os depósitos de qualquer natureza que prestem serviço ou cedam espaço, a qualquer título, para os contribuintes a que se refere este artigo;

II - as usinas ou as destilarias aptas a produzir açúcar ou etanol, independentemente da destinação dada a esse último produto;

III - qualquer outro agente que atue no mercado de produção, de comercialização e de transporte das mercadorias referidas neste artigo e que dependa de autorização de órgão federal competente;



IV - o contribuinte estabelecido em outra unidade federada que exerça as atividades referidas neste artigo, na condição de substituto tributário.

§ 3º O contribuinte deverá requerer inscrição estadual específica em relação ao estabelecimento no qual:

I - exerça atividades administrativas, comerciais, negociais ou financeiras da empresa;

II - armazene as mercadorias referidas neste artigo, quando o estabelecimento depositante estiver sediado em outro local.

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá a respeito dos documentos a serem exigidos para a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS, em cada caso, para os estabelecimentos citados neste artigo, além dos mencionados na presente Lei.

SEÇÃO II

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 2º O pedido de inscrição do estabelecimento do contribuinte deverá atender às regras gerais dispostas na legislação tributária e ser instruído, no mínimo, com documentos que comprovem:

I - a habilitação legal do signatário para representar o contribuinte;

II - a regularidade da inscrição de cada estabelecimento do contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive os situados em outra unidade federada, se for o caso;

III - a habilitação para o exercício da atividade ou o certificado de cadastramento de fornecedor de combustível para fins automotivos, expedidos pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos da legislação federal pertinente;

IV - a propriedade da base de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível e outros combustíveis automotivos, a cessão ou o arrendamento de instalações de terceiros, devidamente homologados pela ANP, relativamente a cada uma das bases que serão utilizadas pelo contribuinte para o exercício de sua atividade em cada unidade federada;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

V - o envio à ANP das informações mensais sobre as movimentações de produtos, conforme disposto em Resolução da ANP, referentes aos três meses imediatamente anteriores ao do pedido;

VI - a comprovação da qualificação do profissional e da organização contábil responsáveis pela escrituração fiscal e contábil, acompanhada de comprovante da inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º A incorporação ao capital social de reavaliações, lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, para os efeitos desta Lei, está condicionada à comprovação da sua existência e origem, efetuada mediante apresentação da escrituração contábil revestida das formalidades legais, dos livros e demonstrações contábeis e do registro, quando obrigado, das operações no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

§ 2º Quando o capital social for integralizado com a utilização de bens, de títulos ou de créditos, deverão ser comprovados pelo integralizador a sua aquisição, a sua capacidade financeira, a origem dos recursos e o efetivo desembolso do valor de aquisição ao titular originário, na forma a ser definida em ato do Poder Executivo.

§ 3º Para efeitos do disposto na Lei nº 17.079, de 23 de janeiro de 2012, o contribuinte de que trata esta Lei deverá providenciar seu credenciamento para utilização de comunicação eletrônica, informando o seu endereço eletrônico no pedido de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º A critério da autoridade competente, que analisar o pedido, poderá:

I - o sócio, o diretor, o administrador ou o procurador, ser convocado para entrevista pessoal, em dia, local e horário designados, mediante prévia notificação, hipótese em que deverá comparecer munido dos originais de seus documentos pessoais;

II - ser realizada diligência para esclarecimento de qualquer fato ou circunstância decorrente da análise dos documentos apresentados;

III - ser exigida:

a) a apresentação e a juntada de outros documentos necessários à elucidação de qualquer dúvida evidenciada no processo;

b) excepcionalmente, a observância, no todo ou em parte, das disposições desta Lei para pedidos de inscrição de outros estabelecimentos do contribuinte, posteriores ao primeiro.



Parágrafo único. Será lavrado termo circunstanciado da entrevista ou de constatação em caso de não comparecimento da pessoa notificada.

Art. 4º Poderá a autoridade competente exigir, antes de deferir o pedido de inscrição, de alteração ou de renovação de inscrição, a prestação de garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras, em razão:

I - da existência de débito fiscal definitivamente constituído em nome da empresa, de suas coligadas, de suas controladas ou de seus sócios;

II - do exercício das atividades econômicas de que trata esta Lei;

III - de qualquer outra hipótese prevista na legislação tributária.

§ 1º A garantia a que se refere este artigo será prestada mediante:

I - fiança bancária;

II - seguro garantia;

III - depósito administrativo.

§ 2º O valor da garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras será determinado em razão das quantidades mensais de vendas totais estimadas com a aplicação da respectiva alíquota relativa às operações internas, projetadas para um período de 12 (doze) meses.

§ 3º A garantia deverá ser complementada:

I - quando, tendo sido prestada com fundamento na estimativa das operações, revelar-se insuficiente ou inferior ao valor calculado com base nas efetivas operações do estabelecimento;

II - sempre que os débitos fiscais do contribuinte neste Estado, constituídos ou declarados espontaneamente, ultrapassarem o valor da garantia constituída.

§ 4º Nas hipóteses previstas no § 3º, a garantia:

I - será calculada com base no volume médio mensal das operações realizadas pelo contribuinte nos últimos 12 (doze) meses;

II - será acrescida do montante dos débitos constituídos e dos débitos declarados espontaneamente pelo próprio contribuinte.



§ 5º A prestação da garantia também poderá ser exigida, a qualquer tempo, em razão da constatação superveniente da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos I a III do *caput* deste artigo.

Art. 5º Em substituição ou em complemento à prestação da garantia prevista no § 3º do art. 4º poderá o contribuinte, a critério da autoridade competente, ser submetido a regime especial para o cumprimento das obrigações tributárias, na forma a ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O regime especial de que trata este artigo poderá compreender:

- I - o bloqueio à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;
- II - a obrigatoriedade da emissão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE em formulário de segurança;
- III - a exigência de pagamento do imposto a cada operação de saída;
- IV - a instalação de equipamentos e a adoção de medidas que visem assegurar o cumprimento das obrigações tributárias e proteger as relações de consumo.

SEÇÃO III DAS ALTERAÇÕES CADASTRAIS

Art. 6º Constatada a falta de comunicação de alteração de dados cadastrais, bem como outras hipóteses previstas na legislação tributária, sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contribuinte poderá ser notificado a renovar a sua inscrição, ainda que se trate de alterações da composição societária ou do capital social.

SEÇÃO IV DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Art. 7º O contribuinte que exerça qualquer das atividades referidas no art. 1º, quando notificado pelo fisco, deverá solicitar, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, a renovação da inscrição de cada um de seus estabelecimentos, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Em qualquer caso, será dada publicidade da notificação referida neste artigo, por meio de edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da SEFA.



GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 8º A competência para decidir sobre pedido de concessão de inscrição, de alteração de dados cadastrais, de reativação de inscrição cancelada ou de renovação da inscrição será do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, podendo ser delegada.

Art. 9º Os pedidos de que trata o art. 8º serão indeferidos quando:

- I - não forem efetuados nos termos da legislação;
- II - não forem apresentados documentos exigidos pela autoridade competente;
- III - qualquer das pessoas físicas, regularmente notificada, não comparecer para a entrevista pessoal mencionada no inciso I do art. 3º;
- IV - as informações ou as declarações prestadas pela requerente se mostrarem falsas, incompletas, inverídicas, incorretas ou não puderem ser confirmadas pelo fisco;
- V - o contribuinte ou qualquer sócio, diretor, dirigente, administrador ou procurador, estiver impedido de exercer a atividade econômica em razão de decisão judicial ou da falta de atendimento de exigência imposta pela legislação tributária;
- VI - o requerente não comprovar:
 - a) a integralização do capital social e o efetivo aporte dos recursos na pessoa jurídica;
 - b) a origem dos lucros acumulados ou das reservas de qualquer natureza incorporados ao capital social, ou não demonstrar que tal integralização foi efetuada com observância dos princípios contábeis e da legislação pertinente;
 - c) que a integralização do capital social com bens, títulos ou créditos se realizou com observância do estabelecido no § 2º do art. 2º;
 - d) sua capacidade financeira, ou a de cada um de seus sócios pessoas físicas ou jurídicas, bem como dos sócios dessas últimas, e assim sucessivamente, até a comprovação da capacidade financeira de todos os respectivos sócios pessoas físicas;
 - e) que os requisitos de infraestrutura física obrigatórios estão adequadamente instalados no estabelecimento e cumprem as exigências da legislação aplicável;



VII - não forem apresentadas as garantias, quando exigidas;

VIII - os documentos apresentados pelo contribuinte forem falsos, incompletos, incorretos ou não satisfizerem as condições exigidas nesta Lei;

IX - existir débito, tributário ou não, de responsabilidade do contribuinte, inscrito ou não na Dívida Ativa da União, dos Estados ou dos Municípios, em valor total superior ao capital social efetivamente integralizado ou ao seu patrimônio líquido, se esse for inferior, não se considerando, para fins desta Lei, as integralizações de capital:

a) realizadas com a incorporação de bens móveis ou imóveis alheios à atividade do contribuinte;

b) com utilização de títulos ou de créditos que não representem o efetivo aporte de recursos na empresa;

c) realizadas com inobservância ou em desacordo com as disposições previstas na legislação;

X - houver antecedentes que desabonem as pessoas físicas ou jurídicas interessadas na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição, assim como suas coligadas, suas controladas ou, ainda, qualquer um de seus sócios, diretores, dirigentes, administradores ou procuradores, conforme os exemplos descritos no § 3º deste artigo;

XI - ocorrer:

a) identificação incorreta, falta ou recusa de identificação dos controladores ou beneficiários de pessoa jurídica domiciliada no exterior, que participe, direta ou indiretamente, do capital social da empresa requerente;

b) falta de apresentação de livros, de documentos e de arquivos digitais a que estiver obrigado o contribuinte, bem como a falta de fornecimento ou o fornecimento de informações incorretas sobre mercadorias e serviços, bens, negócios ou atividades, próprias ou de terceiros, que tenham interesse comum em situação que dê origem à obrigação tributária;

c) restrição ou negativa de acesso da autoridade competente ao estabelecimento ou qualquer de suas dependências, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde o contribuinte exerça sua atividade ou onde se encontrem mercadorias, bens, documentos ou arquivos digitais de sua posse ou propriedade, relacionados com situação que dê origem à obrigação tributária;



XII - for constatada a inatividade da empresa requerente;

XIII - for constatada a omissão ou a incorreção, não suprida, após notificação, relativamente a cada um dos estabelecimentos do requerente:

a) da Escrituração Fiscal Digital ou da Escrituração Contábil Digital, caso o requerente esteja a elas obrigado nos termos da legislação;

b) de "GIA/ICMS" - Guia de Informação e Apuração do ICMS;

c) das informações do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis - SCANC;

d) da adoção e regular emissão da NF-e ou de outros documentos;

e) da adoção e utilização de dispositivos de controle, inclusive eletrônicos, que visem monitorar ou registrar as atividades de produção, de armazenamento, de transporte e suas operações ou prestações, no interesse da fiscalização, nos termos da legislação tributária.

§ 1º Os pedidos referidos no art. 8º também serão indeferidos quando for constatada, por qualquer de seus estabelecimentos, inclusive os situados em outra unidade federada:

I - inadimplência fraudulenta;

II - simulação da realização de operação com combustíveis;

III - práticas sonegadas lesivas ao equilíbrio concorrencial.

§ 2º Não impedem o deferimento do pedido os débitos:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa;

II - declarados ou apurados pelo fisco, objeto de pedido de parcelamento celebrado que esteja sendo regularmente cumprido.

§ 3º São exemplos de antecedentes desabonadores, para fins do disposto no inciso X do *caput* deste artigo:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - a participação de pessoa ou de entidade, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa ou negócio considerado em situação irregular perante o fisco;

II - a condenação por crime contra a fé pública ou a administração pública, como previsto no Código Penal:

a) de falsificação de papéis ou documentos públicos ou particulares, bem como de selo ou sinal público;

b) de uso de documento falso;

c) de falsa identidade;

d) de contrabando ou descaminho;

e) de facilitação de contrabando ou descaminho;

f) de resistência visando a impedir a ação fiscalizadora;

g) de corrupção ativa;

III - a condenação por crime de sonegação fiscal;

IV - a condenação por crimes contra a ordem tributária tipificados nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, exceto se comprovada a quitação dos débitos que deram causa à condenação;

V - a indicação em lista relativa à emissão de documentos inidôneos, ou em lista de pessoas inidôneas, elaborada por órgão federal, estadual ou municipal;

VI - a comprovação de insolvência;

VII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa que teve a inscrição estadual cancelada, a menos de cinco anos, em decorrência da produção, de aquisição, de entrega, de recebimento, de exposição, de comercialização, de remessa, de transporte, de estocagem ou de depósito de mercadorias previstas no art. 1º, e que não atendam às especificações do órgão regulador competente, em qualquer unidade federada;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa em que foi identificada a utilização de qualquer artifício capaz de produzir lesão aos interesses dos consumidores e do fisco, em qualquer unidade federada, em especial, nas seguintes situações:

- a) violação do mecanismo medidor de vazão para fornecer combustível em quantidade menor que a indicada no painel da bomba de combustível;
- b) existência de equipamentos ou mecanismos de comunicação de fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas não levados ao conhecimento do órgão regulador competente;
- c) utilização de quaisquer equipamentos ou de mecanismos de uso não autorizado para armazenagem ou para abastecimento de combustíveis;
- d) utilização de programas aplicativos desenvolvidos para acionar equipamentos ou mecanismos com capacidade de alterar o fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas de modo a propiciar, alternativamente, o fornecimento de combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente;
- e) violação, por qualquer meio, dos dispositivos ou do sistema de captura dos abastecimentos realizados pelos bicos das bombas de abastecimento ou de armazenagem e movimentação de combustíveis para modificar as informações das operações efetivamente realizadas;
- f) comercialização de combustíveis adulterados;

IX - a utilização de documentos fiscais ou de equipamento de uso fiscal de forma fraudulenta, inclusive de outro contribuinte ou estabelecimento.

SEÇÃO VI DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 10. Além das outras hipóteses previstas na legislação tributária, será cancelada a inscrição estadual de todos os estabelecimentos do contribuinte, inscritos no CAD/ICMS, que:

- I - notificado, não solicitar a renovação da inscrição;
- II - tiver seu pedido de renovação indeferido;



III - tiver seu pedido de alteração cadastral indeferido;

IV - deixar de apresentar garantias ou de complementá-las, quando exigidas;

V - incidir em alguma das situações previstas no art. 9º desta Lei, hipótese em que o cancelamento poderá ser efetuado *ex officio* pela autoridade competente, independentemente de pedido de concessão, de renovação ou de reativação da inscrição estadual ou de alteração de dados cadastrais, após oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Quando a alteração cadastral se referir à mudança de endereço, à suspensão de atividades ou for relativa a outros dados específicos do estabelecimento, o cancelamento restringir-se-á ao estabelecimento requerente, na hipótese do inciso III do *caput*.

§ 2º Será ainda cancelada a inscrição nas hipóteses de:

I - cancelamento, revogação ou negativa da concessão de autorização necessária para o funcionamento ou operação, concedida por órgão federal, estadual ou municipal, dos estabelecimentos abrangidos pela respectiva autorização;

II - falta da apresentação dos documentos exigidos, no prazo estabelecido em ato do Poder Executivo;

III - falta de apresentação de informações, arquivos e documentos, que venham a causar prejuízo ao ingresso de receitas ou repasses de receitas por terceiros para a Fazenda Pública Estadual;

IV - apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento, sem autorização da CRE.

Art. 11. Sem prejuízo das disposições do art. 10, será cancelada a inscrição do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Parágrafo único. A desconformidade de que trata este artigo deverá ser comprovada por meio de laudo elaborado pela ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 12. O cancelamento da inscrição no CAD/ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas ao ICMS e implicará:

I - cancelamento da inscrição no CAD/ICMS dos demais estabelecimentos da empresa que exerçam atividade prescrita no art. 1º;

II - quanto aos integrantes ou representantes legais do estabelecimento penalizado:

a) impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que como administradores;

b) proibição de concessão da inscrição no CAD/ICMS para nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Para efeitos deste artigo, consideram-se também representantes legais da empresa o preposto ou mandatário, ainda que temporariamente ou a qualquer título, e os sócios pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente.

§ 2º As restrições previstas neste artigo prevalecerão pelo prazo de cinco anos contados da data do cancelamento.

Art. 13. O cancelamento da inscrição implica adoção das seguintes providências:

I - publicação do ato de cancelamento no Diário Oficial Executivo, no qual deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes informações de todos os estabelecimentos do contribuinte abrangidos pela medida:

a) o nome empresarial do contribuinte;

b) os números de inscrição estadual e no CNPJ;

c) o endereço constante no CAD/ICMS;

d) a data a partir da qual o contribuinte é considerado como não inscrito no referido cadastro;

II - alteração, no CAD/ICMS, da situação cadastral para cancelada, com inserção do respectivo motivo do cancelamento da inscrição;

III - arrecadação de todos os livros e documentos fiscais relativos aos estabelecimentos cuja inscrição foi cancelada, ainda que não utilizados;

IV - lacração, conforme o caso, de:



- a) bombas de abastecimento;
- b) tanques de armazenamento;
- c) equipamentos ECF;

V - encaminhamento de representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária ou delito de outra natureza;

VI - encaminhamento de ofício à ANP, comunicando o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS.

SEÇÃO VII DO RECURSO

Art. 14. Das decisões de que trata esta Lei caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, no prazo e na forma disciplinados em Ato do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

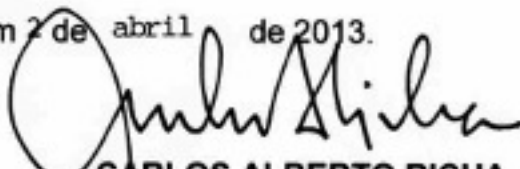
Art. 15. O disposto nesta Lei se aplica, no que couber, aos contribuintes relacionados no art. 1º já cadastrados no CAD/ICMS deste Estado.

Art. 16. O Poder Executivo divulgará por meio do Diário Oficial Executivo a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar os respectivos CNPJ e endereço de funcionamento.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 14.701, de 25 de maio de 2005.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 2 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 024 /2013.

Curitiba, 02 de abril de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 05/04/2013

Presidente

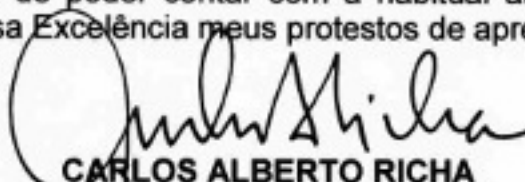
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

O ora proposto Anteprojeto de Lei pretende conferir legitimidade ao Protocolo ICMS 48, de 2012, celebrado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a fim de uniformizar procedimentos com base na legislação paulista, que já vem adotando os critérios mencionados.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.

Certo de poder contar com a habitual atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/prot.11.841.724-0



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 120/2013

Projeto de Lei nº 120/2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 024/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

EMENTA: TRIBUTOS. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO, ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO, E O CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS DE ESTABELECIMENTO DO SETOR DE COMBUSTÍVEL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

VISTA EM 16/04/2013

Pedro Lupion

Eltor Welter

CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A **Constituição Federal** determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, observa-se que a competência do Estado é concorrente, conforme segue:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

III - a aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado; uma vez que a **Constituição Estadual** assim preceitua:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

23.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMIENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 MAIO 2013

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 120/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 120/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/13.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anote-se e encam.
Para Providências

DL 141 S 113

Ami

[illegible]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 024/13 que objetiva dispor sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis.

Constata-se, que a Constituição do Estado em seus arts. 65 e 66, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

De igual modo, a Constituição Federal em seu art. 24, assegura competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal em legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Oportuno observar, que a proposta objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Assim sendo, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI N º 120/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n º 120/2013 dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Em observação, ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto vem legitimar Protocolo ICMS 48 de 2012 celebrado entre Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, uniformizando procedimentos.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.



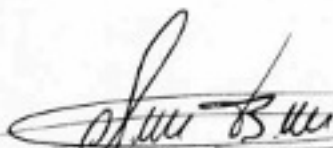
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa




CONCLUSÃO

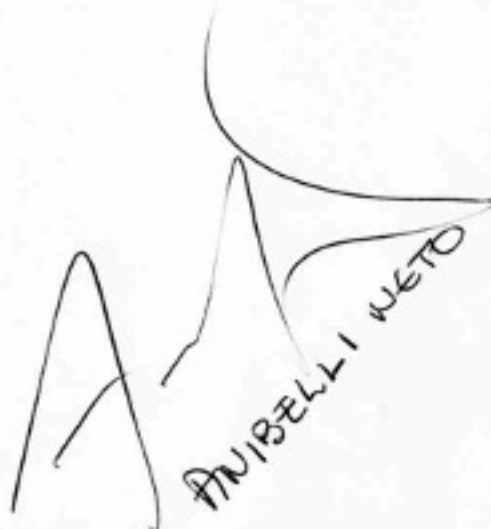
Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela
APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 120/2013.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Alexandre Curi
Relator

74014


ANIBAL KHURY NETO



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 166/2013

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Aprova crédito especial ao vigente orçamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

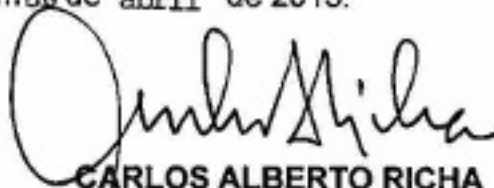
Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da fonte 250 - Diretamente Arrecadados.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica criado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO A LEI Nº		Fl. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte Gr Intei	Valor	N.º do Proc COP
7700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA				
7732	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ - AGEPAR				
4313	REGULAÇÃO, NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA				
		33903000	250 95	13.633	0470
		33903500	250 95	2.896.171	0470
		33903700	250 95	432.380	0470
		33903900	250 95	323.311	0470
		44905200	250 95	1.247.155	0470
Total				4.912.650	

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA				ANEXO I I ANEXO A LEI Nº		Fl. 02 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte I Gr. I IFONTEI	Valor	Processo I			
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA							
7732	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ - AGEPAR	I I I		I I I			
1121.18.00	Taxas de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná	I I I		I I I			
1325.50.00	Resumeração sobre Recursos Diretamente Arrecados	I 250 I 95 I	3.828.650	I		0470	
1919.99.00	Outras Multas	I 250 I 95 I	38.000	I		0470	
1922.99.50	Outras Restituições - Diretamente Arrecados	I 250 I 95 I	945.000	I		0470	
Total			4.912.650	I			

MENSAGEM

Nº 037/2013

Curitiba, 30 de abril de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 07 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 06/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, com a criação do demonstrativo das receitas próprias na dotação orçamentária 7732.04125404.313 - Regulação, Normatização e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura, aprovada pela Lei 17.398, de 18 de dezembro de 2012, para atender despesas de custeio e de capital da citada autarquia. ✓

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes do excesso de arrecadação da fonte 250 - Diretamente Arrecadados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

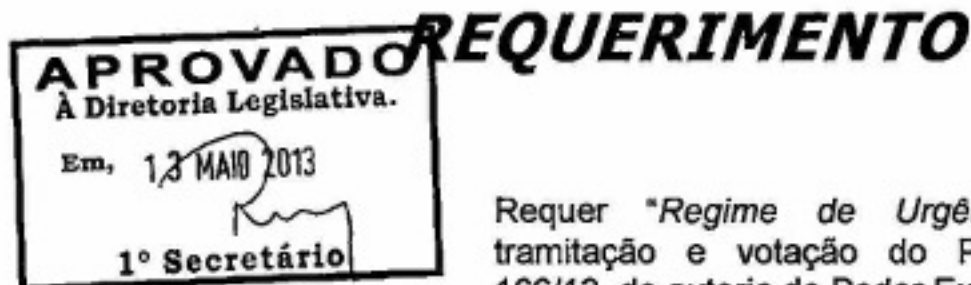
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.966.717-8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO




REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 166/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 166/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 037/13.

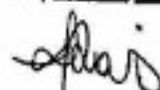
Sala das Sessões, em 13 de maio de 2013.


Deputado **Ademair Traiano**
Líder do Governo

15/23 13085/2013 000153 001460 0107/080 0107/080 0107/080


Caline Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246
Ciente
14.05.13.

Anotar-se e encaminhar.
Para Providências
DL. 14/5/13





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 166/2013

Projeto de Lei nº. 166/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 037/2013

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, conforme específica.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 4.912.6500,00 AO ORÇAMENTO DA AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ - AGEPAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 034/2013, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Agência Reguladora De Serviços Públicos Delegados De Infraestrutura Do Paraná - AGEPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

O projeto de lei ainda cumpre com os preceitos da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



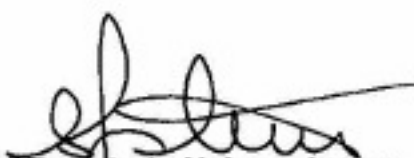
Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

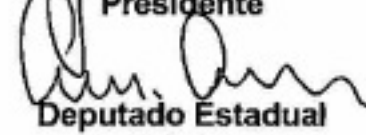
Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação provenientes da fonte 250 -- Diretamente Arrecadados.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

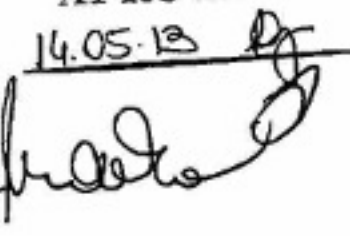
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Estadual
Relator


APROVADO

14.05.13




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 166/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 037/13, que objetiva aprovar crédito especial, no valor de R\$4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender despesas de custeio e de capital da citada autarquia.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes do excesso de arrecadação da fonte 250 – Diretamente Arrecadados.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

Vale ressaltar que a matéria está em consonância com os dispositivos constantes dos arts. 40, 41 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

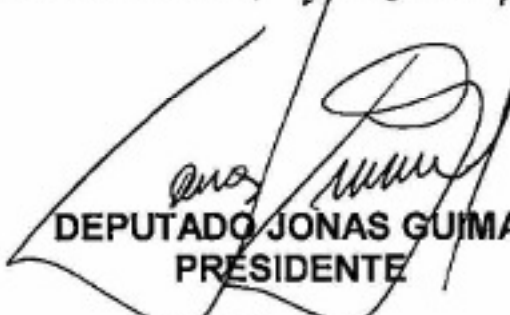
De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 166/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 37/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR.”*

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 4.912.650,00 (quatro milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, será para atender despesas de custeio e de capital da citada autarquia, com a criação do demonstrativo das receitas próprias na dotação orçamentária 7732.04125404.313 – Regulamentação, Normatização e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura, aprovada pela lei 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento da fonte 250 – Diretamente Arrecadados – excesso de arrecadação, conforme anexos I e II.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o ~~§ 4º do artigo 33~~ do Regimento Interno, nosso parecer é
art. 33C - Vale a resuma
- favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 20/05/2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. DR. BATISTA
RELATOR

Pedro Lupion

Gilberto Martin

Pastor Edson



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná.



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 488/2013.

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Fica concedido reajuste no percentual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervalos, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º. A aplicação do percentual a que se refere o caput deste artigo corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2012 e abril de 2013.

§ 2º. O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º. A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2013 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III e IV, da Lei nº 17.208, de 02 de julho de 2012, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III e IV da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervalos, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do ano em curso, data base da categoria instituída pelo art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

A aplicação do percentual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), extensível aos servidores inativos e pensionistas, (art. 1º, §§ 2º e 3º), corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2012 e abril de 2013.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 527.596,05 (quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinco centavos), corresponde a um acréscimo de 1,82% (um vírgula oitenta e dois por cento) do total bruto da folha de pagamento referente ao mês de abril de 2013, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.398, de 18.12.2012); conforme Informação nº 179/2013, do Departamento de Folha de Pagamento.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1296/2013) que o impacto, em



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



pérfentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e ipativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,0214124% em relação à receita corrente líquida prevista para o exercício de 2013, não ensejando a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

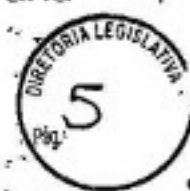
Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 03 de abril próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DECLARAÇÃO



Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa a recomposição salarial dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (LDO).

Curitiba, 14 de maio de 2013.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

Ofício nº 932/2013-GAB
(protocolo 4629/2013)

Curitiba, 14 de maio de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em; 15 MAIO 2013

1º-Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 15/03/2015

Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná.

Ná certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

L. Gilberto Giacoia

Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor :
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Papel reciclado, menor custo ambiental.

14/28 [university] de [city], p. 6-7, 9-10, 12-13



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 989/2013-GAB

Curitiba, 21 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, os Anexos ao Projeto de Lei nº 188/2013 que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, e que por equívoco não acompanhou o Anteprojeto original.

Desculpando-me pela involuntária omissão, na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoja
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Recebido
21.05.13
14h20m
Assinatura: Presidente
Assinatura: Galina Gondim
Assinatura: Coordenadora da CCJ

Galina Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	
NÍVEL	Reajuste 6,49% Vigência 01/05/13
1	R\$ 1.577,62
2	R\$ 1.613,81
3	R\$ 1.651,64
4	R\$ 1.690,33
5	R\$ 1.729,92
6	R\$ 1.770,46
7	R\$ 1.811,93
8	R\$ 1.854,38
9	R\$ 1.897,82
10	R\$ 1.942,30
11	R\$ 1.987,76
12	R\$ 2.034,34
13	R\$ 2.082,03
14	R\$ 2.130,80
15	R\$ 2.180,71
16	R\$ 2.231,80
17	R\$ 2.284,10
18	R\$ 2.337,60
19	R\$ 2.392,34
20	R\$ 2.448,42
21	R\$ 2.505,77
22	R\$ 2.564,46

TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	
NÍVEL	Reajuste 6,49% Vigência 01/05/13
1	R\$ 2.603,79
2	R\$ 2.664,77
3	R\$ 2.727,24
4	R\$ 2.791,13
5	R\$ 2.856,52
6	R\$ 2.923,46
7	R\$ 2.991,97
8	R\$ 3.062,03
9	R\$ 3.133,79
10	R\$ 3.207,21
11	R\$ 3.282,37
12	R\$ 3.359,30
13	R\$ 3.437,98
14	R\$ 3.518,53
15	R\$ 3.600,96
16	R\$ 3.685,34
17	R\$ 3.771,68
18	R\$ 3.860,03
19	R\$ 3.950,49
20	R\$ 4.043,06
21	R\$ 4.137,79
22	R\$ 4.234,77

TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	Reajuste 6,49% Vigência 01/05/13
1	R\$ 4.965,79
2	R\$ 5.082,18
3	R\$ 5.201,22
4	R\$ 5.323,08
5	R\$ 5.447,83
6	R\$ 5.575,46
7	R\$ 5.706,07
8	R\$ 5.839,76
9	R\$ 5.976,62
10	R\$ 6.116,65
11	R\$ 6.259,96
12	R\$ 6.406,63
13	R\$ 6.556,76
14	R\$ 6.710,35
15	R\$ 6.867,57
16	R\$ 7.028,48
17	R\$ 7.193,15
18	R\$ 7.361,67
19	R\$ 7.534,18
20	R\$ 7.710,69
21	R\$ 7.891,39
22	R\$ 8.076,27



MINISTERIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Reajuste 6,49%

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 243,49
GF 2	30	R\$ 324,61
GF 3	30	R\$ 405,78



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO

Reajuste 6,49%

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 696,35	R\$ 1.061,13
DAS-2	R\$ 614,61	R\$ 932,86
DAS-3	R\$ 572,81	R\$ 869,40
DAS-4	R\$ 489,78	R\$ 743,42
DAS-5	R\$ 447,99	R\$ 679,92
Assistente 1-C	R\$ 289,09	R\$ 169,88
Assistente 2-C	R\$ 266,99	R\$ 156,90
Assistente 3-C	R\$ 246,46	R\$ 144,85



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DIRETORIA CONSULTIVA
12

ANEXO IV

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Reajuste 6,49%
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR NÍVEL 22	R\$ 8.076,27
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 90% DO NÍVEL 22	R\$ 7.268,63
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 80% DO NÍVEL 22	R\$ 6.461,01
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 70% DO NÍVEL 22	R\$ 5.653,38
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 60% DO NÍVEL 22	R\$ 4.845,76
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO NÍVEL 22	R\$ 4.234,77
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 90% DO NÍVEL 22	R\$ 3.811,29
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 80% DO NÍVEL 22	R\$ 3.387,81



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 188/2013

Projeto de Lei nº 188/13

Autor: Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa reajustar o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I -- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política



remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifo nosso)

Além do mais, a Lei Federal nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros; (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



(...)

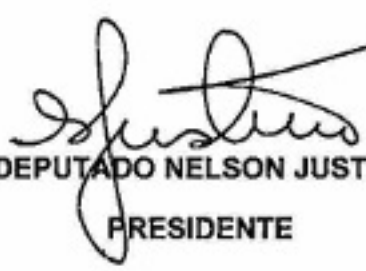
II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

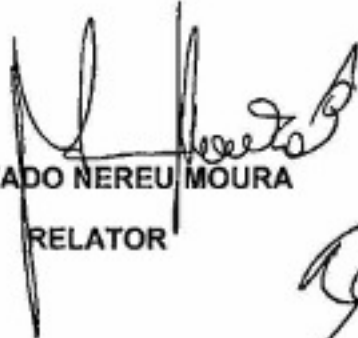
Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO
21.05.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 188/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público – Ofício nº 932/2013, que reajusta no percentual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2013, na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervéveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quatro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em atenção ao inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pela Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público do Estado do Paraná encontra-se plenamente justificada.

Assevera o autor que, conforme estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas, o impacto econômico financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$527.596,05 (quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinco centavos), corresponde a um acréscimo de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



1,82% (um vírgula oitenta e dois por cento) do total bruto da folha de pagamento referente ao mês de abril de 2013, conforme Informação nº 179/2013, do Departamento de Folha de Pagamento.

Constata-se ainda, que o reajuste proposto na presente Lei e implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2013 e aos ditâmes da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 (LOA), e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e também a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/13

DEPUTADO

PRESIDENTE

DEPUTADO

RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

~~ANTE~~PROJETO DE LEI 189/2013

Súmula: Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2013, e adota outras providências.

Art. 1.º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná constantes no Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748/2010 e alterações posteriores; no Anexo I, Tabelas 1 e 2 da Lei Estadual nº 17.532, de 09 de abril de 2013; e no Anexo II da Lei Estadual nº 17.207/2012 ficam reajustados no percentual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2013, de conformidade com o Anexo I, II e III desta Lei.

Art. 2.º Ficam reajustados, no mesmo percentual e a partir da mesma data constante no artigo 1º:

I - os valores dos encargos especiais constantes nas Tabelas 1 e 2 do Anexo da Lei Estadual nº 17.250/2012 e das funções comissionadas constantes no Anexo I e III da Lei Estadual nº 17.474/2013, e no anexo I da Lei Estadual nº 17.257/2012, de conformidade com o Anexo IV desta Lei;

II - os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, conforme disposto nos artigos 22 e 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010;

III - os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de

Clayton Camargo
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2003, e no art. 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

IV - os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, de conformidade com o Anexo V desta Lei.

V - os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial previstos no Anexo I da Lei Estadual n.º 15.048, de 5 de abril de 2006 e alterações posteriores, de conformidade com o Anexo VI desta Lei.

Art. 3.º Ficam reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do art. 1º as gratificações de função de Chefe de Secretaria e Supervisor de Secretaria, dando-se nova redação aos incisos I e II do art. 6º da Lei Estadual nº 17.532, de 09 de abril de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

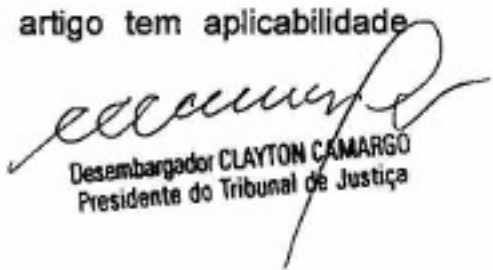
"Art. 6º. ...

I – Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.597,35 (um mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos)

II – Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 532,45 (quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos)"

Art. 4.º A superveniência de lei específica modificativa das tabelas dos vencimentos dos cargos dos grupos ocupacionais Superior de Apoio Especializado (SAE) e Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, cujo anteprojeto de lei é anterior ao desta Lei, autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a aplicar o percentual de reajuste estabelecido no artigo 1º desta Lei sobre esses novos valores por Decreto.

Parágrafo único. A regra estabelecida neste artigo tem aplicabilidade limitada ao reajuste estabelecido nesta lei.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

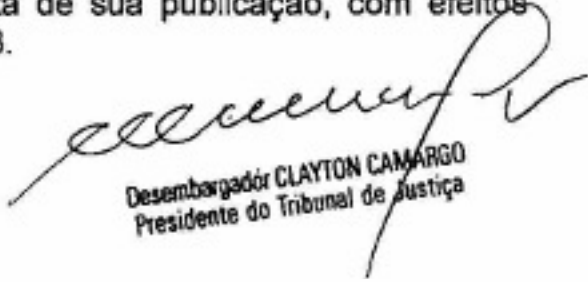


Art. 5.º O reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, em observância à data de revisão instituída no art. 5.º da Lei Estadual n.º 16.165, de 06 de julho de 2009, e em atendimento ao disposto no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 6.º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS

ANEXO I

(Altera o Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010)

ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
ESP-1	6.794,17
ESP-2	6.998,00
ESP-3	7.207,95
ESP-4	7.424,18
ESP-5	7.646,91
ESP-6	7.876,31
ESP-7	8.112,61
ESP-8	8.355,99
ESP-9	8.606,67

TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SAE-1	4.596,57
SAE-2	4.826,39
SAE-3	5.067,72
SAE-4	5.321,11
SAE-5	5.587,16


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



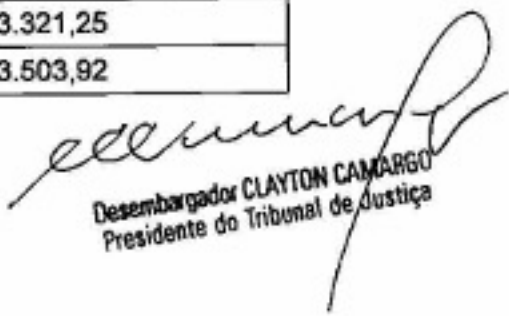
SAE-6	5.866,52
SAE-7	6.159,83
SAE-8	6.467,84
SAE-9	6.794,17

TABELA 3

GRUPO INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
IAD-1	4.113,38
IAD-2	4.319,06
IAD-3	4.535,01
IAD-4	4.761,76
IAD-5	4.999,85
IAD-6	5.249,85
IAD-7	5.512,34
IAD-8	5.787,96
IAD-9	6.077,36

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	2.283,14
BAS-2	2.408,72
BAS-3	2.541,20
BAS-4	2.680,96
BAS-5	2.828,42
BAS-6	2.983,98
BAS-7	3.148,11
BAS-8	3.321,25
BAS-9	3.503,92


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO VIII

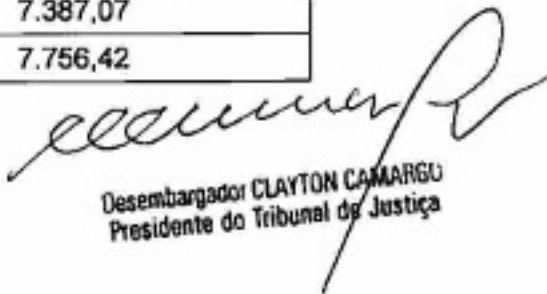
Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição Parte Suplementar Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA (SEJR)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SEJ-1	5.721,88
SEJ-2	6.007,98
SEJ-3	6.308,37
SEJ-4	6.623,80
SEJ-5	6.954,98
SEJ-6	7.302,74
SEJ-7	7.667,86
SEJ-8	8.051,26
SEJ-9	8.453,82

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ESPECIALIZADO (AES)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AES-1	5.249,85
AES-2	5.512,34
AES-3	5.787,96
AES-4	6.077,36
AES-5	6.381,22
AES-6	6.700,28
AES-7	7.035,30
AES-8	7.387,07
AES-9	7.756,42


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

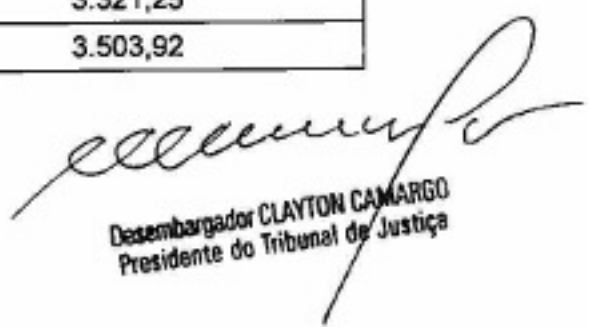
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	4.113,38
AUJ-2	4.319,06
AUJ-3	4.535,02
AUJ-4	4.761,76
AUJ-5	4.999,85
AUJ-6	5.249,85
AUJ-7	5.512,34
AUJ-8	5.787,96
AUJ-9	6.077,36

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.283,14
AOB-2	2.408,72
AOB-3	2.541,20
AOB-4	2.680,96
AOB-5	2.828,42
AOB-6	2.983,98
AOB-7	3.148,11
AOB-8	3.321,25
AOB-9	3.503,92


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IX

Escrivães das Varas de Família e das Varas de Registros Públicos e Anexos

Enquadramento e Tabela de Vencimento

NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
FRA-1	2.858,23
FRA-2	3.001,14
FRA-3	3.151,20
FRA-4	3.308,77
FRA-5	3.474,21
FRA-6	3.647,91
FRA-7	3.830,30
FRA-8	4.021,81
FRA-9	4.222,91

ANEXO II

(Altera o ANEXO I, Tabelas 1 e 2 da Lei Estadual nº 17.532, de 09 de abril de 2013)

Anexo I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição

Parte Permanente

Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SUP-1	5.249,85
SUP-2	5.512,34

ccmmf
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SUP-3	5.787,96
SUP-4	6.077,36
SUP-5	6.381,22
SUP-6	6.700,28
SUP-7	7.035,30
SUP-8	7.387,07
SUP-9	7.756,42

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	4.113,41
INT-2	4.319,07
INT-3	4.535,05
INT-4	4.761,79
INT-5	4.999,87
INT-6	5.249,87
INT-7	5.512,39
INT-8	5.787,99
INT-9	6.077,37


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III (Altera o Anexo II da Lei Estadual nº 17.207/2012)

Anexo II

CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

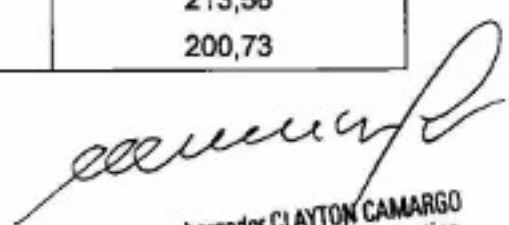
TABELA 1

VENCIMENTO BÁSICO

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO	R\$
DAS-1	694,95
DAS-2	613,35
DAS-3	571,63
DAS-4	488,79
DAS-5	447,04

TABELA 2

CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO	R\$
1-C	288,52
2-C	266,45
3-C	245,95
4-C	227,19
5-C	213,56
6-C	200,73



Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IV

Tabela 1

(Altera as Tabelas 1 e 2 do Anexo da Lei Estadual nº 17.250/2012)

Anexo

Encargos Especiais

Tabela 1

Gratificação de Encargos Especiais	Valor	Quantidade
Gabinete da Presidência	R\$ 1.967,20	20
Gabinete da 1ª Vice-Presidência	R\$ 1.597,35	10
Gabinete da 2ª Vice-Presidência	R\$ 1.597,35	10
Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	R\$ 1.597,35	15
Gabinete do Corregedor da Justiça	R\$ 1.597,35	10
Gabinete do Secretário	R\$ 1.437,61	10

Encargos Especiais

Tabela 2

Cargos em Comissão de Livre Provimento (LVP)

Simbologia	DAS-1	DAS-2	DAS-3	DAS-4	DAS-5	01-C	02-C	03-C
Valor dos Encargos Especiais	R\$ 10.327,00	R\$ 9.807,00	R\$ 9.308,00	R\$ 6.283,00	R\$ 5.286,00	R\$ 2.669,00	R\$ 2.603,00	R\$ 2.538,00


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

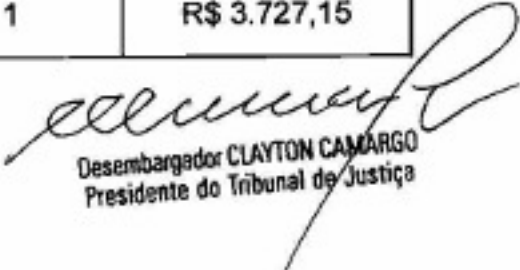
Tabela 2
(Altera o Anexo I e III da Lei Estadual nº 17.474/2013)

Anexo I

TABELA

FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Chefe de Divisão	91	R\$ 2.156,42
Chefe de Seção	393	R\$ 700,70
Chefe de Serviço	408	R\$ 417,06
Coordenador do Núcleo de Controle Interno	1	R\$ 6.065,87
Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	1	R\$ 6.065,87
Coordenador da Central de Precatórios	1	R\$ 6.065,87
Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral	1	R\$ 6.065,87
Supervisor do Centro de Educação Infantil	1	R\$ 4.482,54
Supervisor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	1	R\$ 4.482,54
Supervisor do Centro de Apoio à Turma Recursal	1	R\$ 3.727,15
Supervisor do Centro de Transporte	1	R\$ 3.727,15
Supervisor do Centro de Digitalização	1	R\$ 3.727,15


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

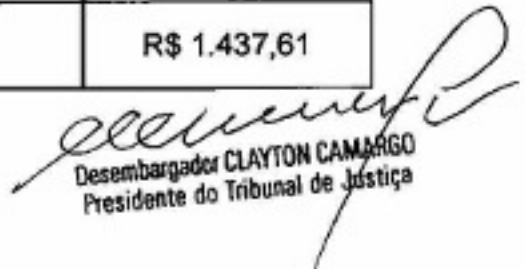


Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania	1	R\$ 2.156,42
Supervisor de Assessoria Jurídica de Departamento	8	R\$ 2.156,42
Supervisor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	1	R\$ 2.156,42
Supervisor Administrativo da Corregedoria-Geral da Justiça	1	R\$ 2.156,42
Supervisor do Departamento Judiciário	2	R\$ 2.156,42
Supervisor de Assessoria Técnica de Departamento	3	R\$ 2.156,42
Supervisor da Assessoria Administrativa do Departamento da Corregedoria da Justiça	1	R\$ 2.156,42
Supervisor da Coordenadoria da Infância e Juventude	1	R\$ 2.156,42
Supervisor de Assessoria Correcional	5	R\$ 1.092,11
Assistente Jurídico de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 1.149,17
Assessor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	7	R\$ 1.437,61
Assessor do Gabinete do Secretário	3	R\$ 1.437,61
Assessor do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 1.437,61
Assistente Jurídico da Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores	6	R\$ 1.437,61
Assessor da Assessoria Jurídica de Departamento	26	R\$ 1.437,61
Assessor da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	7	R\$ 1.437,61
Assessor da Corregedoria	6	R\$ 1.437,61


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assessor do Gabinete da Presidência	18	R\$ 1.967,20
Assessor do Gabinete da 1ª Vice-Presidência	2	R\$ 1.967,20
Assessor do Gabinete da 2ª Vice-Presidência	2	R\$ 1.967,20
Assessor do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	2	R\$ 1.967,20
Assessor Técnico do Núcleo de Controle Interno	4	R\$ 1.967,20
Assistente de Gabinete	42	R\$ 646,96
Assistente Pedagógico do Centro Infantil	1	R\$ 646,96
Assistente da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	4	R\$ 646,96
Assistente de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 646,96
Assistente Técnico do Gabinete do Secretário	5	R\$ 960,67
Assistente Técnico do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 960,67
Auxiliar de Gabinete	51	R\$ 323,48
Assistente da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	1	R\$ 646,96
Assistente do Gabinete da Presidência	10	R\$ 646,96
Assistente do Cerimonial	1	R\$ 646,96
Assistente do Plantão Judiciário	5	R\$ 1.007,46
Integrante de Comissão Permanente	120	R\$ 663,46

Desembargador Clayton Camargo
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente de Comissão Permanente	10	R\$ 864,77
Pregoeiro	7	R\$ 864,77
Secretário de Sessão de Julgamento	28	R\$ 432,89

Anexo III

SIMBOLOGIA E VALORES DAS FUNÇÕES COMISSONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SIMBOLOGIA	VALOR
FC-01	R\$ 6.065,00
FC-02	R\$ 4.482,00
FC-03	R\$ 3.727,00
FC-04	R\$ 2.156,00
FC-05	R\$ 1.967,00
FC-06	R\$ 1.437,00
FC-07	R\$ 1.149,00
FC-08	R\$ 1.092,00
FC-09	R\$ 1.007,00
FC-10	R\$ 960,00
FC-11	R\$ 864,00
FC-12	R\$ 700,00
FC-13	R\$ 663,00
FC-14	R\$ 646,00
FC-15	R\$ 432,00
FC-16	R\$ 417,00
FC-17	R\$ 323,00

Clayton Camargo
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Tabela 3
(Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 17.257/2012)

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NA
ASSESSORIA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E
JUSTIÇA MILITAR

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	VERBA TRANSITÓRIA (R\$)
FPPJ 1	CHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	3.727,15
FPPJ 2	SUBCHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	3.194,70
FPPJ 3	COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ASSESSORIA MILITAR	2.662,25
FPPJ 4	AGENTE OPERACIONAL I	1.863,58
FPPJ 5	AGENTE OPERACIONAL II	1.331,13
FPPJ 6	AGENTE OPERACIONAL III	1.064,90

ANEXO V
(Altera o Anexo III, Tabela 3 da Lei Estadual nº 11.719/1997)

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

NÍVEIS DE VENCIMENTO						
ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	1.522,10	1.962,33	2.513,65	3.169,48	4.685,18	6.044,61
2	1.557,69	2.007,49	2.564,91	3.243,70	4.795,02	6.186,23
3	1.594,17	2.053,65	2.617,25	3.319,71	4.907,34	6.331,17
4	1.631,46	2.100,89	2.678,47	3.397,47	5.022,30	6.479,53
5	1.669,66	2.149,22	2.741,15	3.477,10	5.139,97	6.631,35
6	1.708,71	2.198,62	2.805,29	3.558,56	5.260,41	6.786,71
7	1.748,71	2.249,20	2.870,93	3.641,94	5.383,67	6.945,72
8	1.789,66	2.300,92	2.938,12	3.727,26	5.509,78	7.108,85
9	1.831,50	2.353,85	3.006,88	3.814,57	5.638,92	7.275,00
10	1.874,36	2.407,98	3.077,23	3.903,99	5.771,04	
11	1.918,22	2.463,36	3.149,26	3.995,49	5.906,24	

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VI

(Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 15.048, de 05 de abril de 2006)

ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS DOS PROVENTOS BÁSICOS DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

(Altera o Anexo I da Lei Estadual n.º 15.048, de 05 de abril de 2006)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Entrância Final	E4	5.022,30
Entrância Intermediária	E3	4.907,34
Entrância Inicial	E2	4.795,02

TABELÃO DE NOTAS

Entrância Final	E4	5.022,30
Entrância Intermediária	E3	4.907,34
Entrância Inicial	E2	4.795,02

OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS

Entrância Final	E4	5.022,30
Entrância Intermediária	E3	4.907,34
Entrância Inicial	E2	4.795,02

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS P.J.

Entrância Final	E4	5.022,30
Entrância Intermediária	E3	4.907,34
Entrância Inicial	E2	4.795,02

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL, NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

Entrância Final	E4	5.022,30
Entrância Intermediária	E3	4.907,34
Entrância Inicial	E2	4.795,02

ESCRIVÃO DISTRITAL

Entrância Final	E1	4.685,18
Entrância Intermediária	D11	3.995,49
Entrância Inicial	D10	3.903,99

OFICIAL MAIOR (SEDE COMARCA)

Entrância Final	E1	4.685,18
Entrância Intermediária	D11	3.995,49
Entrância Inicial	D10	3.903,99

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



OFICIAL MAIOR (CARTÓRIO DISTRITAL)

Entrância Final	D10	3.903,99
Entrância Intermediária	D4	3.397,47
Entrância Inicial	C1	2.513,65

ESCREVENTE JURAMENTADO (SEDE COMARCA)

Entrância Final	D10	3.903,99
Entrância Intermediária	D4	3.397,47
Entrância Inicial	C1	2.513,65

ESCREVENTE JURAMENTADO (CARTÓRIO DISTRITAL)

Entrância Final	C1	2.513,65
Entrância Intermediária	B8	2.300,92
Entrância Inicial	B3	2.053,65

Clayton Camargo
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e gratificações dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, dos cargos de provimento em comissão e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, de conformidade com as tabelas constantes dos Anexos do presente Anteprojeto de Lei.

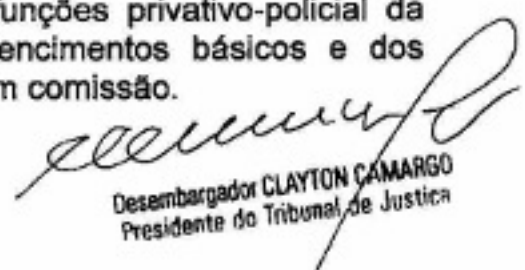
A proposta prevê o reajuste correspondente à reposição inflacionária de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, incidente a partir de 1º de maio de 2013.

A tabela de vencimentos básicos de que tratam os Anexos deste Anteprojeto substituem aqueles constantes dos Anexos I, II, III e IV da Lei Estadual nº 17.207, de 02 de julho de 2012, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no art. 27, inciso X, da Constituição Estadual.

Por se tratar de mera reposição inflacionária, e em obediência ao art. 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, o inciso II do art. 2º do Anteprojeto de Lei autoriza a incidência do mesmo índice de reajuste sobre os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, instituída nos termos do art. 22 da mesma lei.

Incidirá também o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 17.532, de 09 de abril 2013.

A proposta prevê, ainda, o reajuste dos valores dos encargos especiais, das funções comissionadas e gratificadas dos servidores da Secretaria e do 1º Grau de Jurisdição; das funções privativo-policia da Assessoria Militar e Justiça Militar, e dos vencimentos básicos e dos encargos especiais dos cargos de provimento em comissão.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ficam reajustados no mesmo percentual os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, e, ainda, dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial previstos no Anexo I da Lei Estadual n.º 15.048, de 5 de abril de 2006.

O artigo 4º da proposta garante aos ocupantes dos cargos do Grupo Superior de Apoio Especializado (SAE) e do Grupo Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, a incidência da presente recomposição inflacionária anual, sem prejuízo de eventuais readequações de tabelas aprovadas em lei específica.

O dispositivo justifica-se em razão da tramitação dos Projetos de Lei nº 138/2013 e 634/2012, que alteram as tabelas de vencimentos de referidas carreiras, e que foram projetados sem levar em consideração a incidência dos percentuais de reposição anual agora concedidos.

Por isso, propõe-se que apenas nestes casos as tabelas 2 e 3 constantes no Anexo III da Lei Estadual nº 16.748/2010 e alterações posteriores, sejam atualizadas por ato próprio do Presidente do Tribunal de Justiça, de forma a contemplar referidas carreiras com a incidência de reajuste constante na presente proposta, sem prejuízo de eventuais alterações de tabelas advindas de legislação específica.

A garantia, no entanto, limita-se à incidência dos índices de reposição garantidos pela presente lei.

O período de reajuste correspondente à reposição inflacionária, de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, e é resultado da determinação contida no art. 5.º da Lei Estadual n.º 16.165, de 06 de julho de 2009, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano, a partir do exercício financeiro de 2010, como data para revisão geral anual estabelecida no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de R\$ 33.440.110,00 (trinta e três milhões quatrocentos e quarenta mil cento e dez reais), R\$ 54.774.900,00 (cinquenta e quatro milhões setecentos e setenta e quatro mil novecentos reais) para o exercício de 2014 e R\$ 60.825.116,00

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



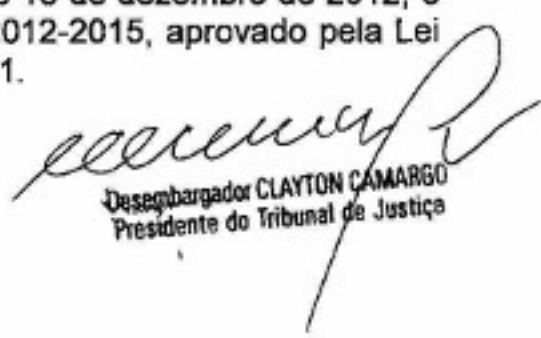
(sessenta milhões oitocentos e vinte e cinco mil cento e dezesseis reais) para o exercício de 2015, suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça. O Fundo da Justiça - FUNJUS custeará um incremento na despesa anual de aproximados R\$ 2.637.400,00 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil e quatrocentos reais) para o exercício de 2013, R\$ 4.193.400,00 (quatro milhões cento e noventa e três mil e quatrocentos reais) para o exercício de 2014 e R\$ 4.445.000,00 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) para o exercício de 2015.

Com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de R\$ 1.139.087.517,00 (um bilhão cento e trinta e nove milhões oitenta e sete mil quinhentos e dezessete reais) para o exercício de 2013, R\$ 1.269.218.928,00 (um bilhão duzentos e sessenta e nove milhões duzentos e dezoito mil novecentos e vinte e oito reais) para o exercício de 2014 e de R\$ 1.309.363.443,00 (um bilhão trezentos e nove milhões trezentos e sessenta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais) para o exercício de 2015, nos termos da Informação n.º 98/2013, datada de 10 de maio de 2013, do Departamento Econômico e Financeiro, que, em seu item II, menciona a *"existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 – ordinário não vinculado"*.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao terceiro quadrimestre de 2012, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 13 de maio de 2013.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL



Protocolo nº 167.136/2013

Informação nº 98/2013



Senhor chefe:

Trata o presente expediente de reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) dos valores dos vencimentos e gratificação dos servidores do Quadro Efetivo deste Poder, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, dos cargos de provimento em comissão e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial, a partir de 1º maio de 2013.

Através da Informação nº 1.431/2013 foi demonstrado o acréscimo mensal e anual decorrente do reajuste proposto de 6,49% aos servidores custeados com recursos desta Unidade Orçamentária e desta forma procedemos à análise da observância nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como aos limites de gastos com pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal para o presente exercício e a projeção para os dois exercícios seguintes:

Projeção do incremento da despesa:

Exercícios	2013	2014	2015
Vencimentos e encargos de servidores ativos e inativos	33.440.110	54.774.900	60.825.116

Observações:

- 1) Considerado a despesa com as previdências.
- 2) Considerado a projeção de reajuste de 6% e reajustes das obrigações patronais para 2014 e 2015.

Considerando a tabela acima, procedemos à análise quanto à observância dos limites de gastos com pessoal, nos termos da mencionada Lei:

I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

EXERCÍCIOS	2013	%	2014	%	2015	%
RCL	22.214.812.000		25.037.144.000		28.218.046.000	
DLP	1.105.646.407	4,98	1.214.444.028	4,83	1.248.538.326	4,42
DLP 2	1.139.086.517	5,13	1.269.218.928	5,07	1.309.363.443	4,64

Observações:

- 1) Para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 12,70% conforme média dos últimos 3 anos.
- 2) Para o valor da Despesa Líquida de Pessoal - DLP foi calculado com base na projeção anual de 10% das despesas com a folha de pagamento (TJ e FUNJUS) e processos que foram informados.
- 3) Para a Despesa Líquida de Pessoal 2 - DLP 2 é o somatório da despesa DLP mais o custo do presente expediente

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

- 1) prudencial, § único do Art. 22, é de 5,70%;
- 2) máximo (Tribunal de Justiça), § 1º do Art. 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL



Protocolo nº 167.136/2013

Informação nº 98/2013

II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o conteúdo na Lei Orçamentária Anual nº 17.398/12 para o exercício de 2.013, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado, dos projeto/atividade - 0501.02061434.005-Promover e Gestionar as Atividades Judiciárias, para atender os servidores ativos, e 0501.09272999.02 Encargos com Inativos e Pensionistas, para atender os servidores inativos.

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 17.219/2012, para o exercício de 2013, no artigo 7º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9,5% da receita líquida.

IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei 17.013/11 que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2.012 a 2.015 o qual estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9,5% para 2013 da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, informo que a despesa em questão está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

É a Informação.

Seção de Execução Orçamentária.

Em, 10 de maio de 2013.

Bel. **José Renato Mazzarotto**

Economista

Chefe da Seção de Execução Orçamentária

De acordo.

A Diretora do Departamento

Econômico e Financeiro.

Em, 10 de maio de 2013.

Bel. **José Fernandes Ferrari**

Contador

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

Ciente e de acordo com a presente
Informação.

Encaminhe-se à Assessoria de
Planejamento.

Em, 10/05/2013.

Bel. **Amarília Vellozo Machado**

Diretora do Departamento
Econômico e Financeiro



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 14 de maio de 2013.
Of. nº 465/2013-GP



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 15/05/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 15 MAIO 2013
mauro
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2013, incidente sobre as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Clayton Camargo
Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça

14129 120602/2013 0004362 INF INF 011 de 112.341-10 de 10/04

001302 DAP



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que propõe o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2013, incidente sobre as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de maio de 2013.

Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 189/2013

Projeto de Lei nº. 189/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Reajustas as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Judicial e Extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2013.

EMENTA: REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEI ESTADUAL N.16.748/2010 E N. 17.207/2012. OBSERVÂNCIA LEI ESTADUAL N. 16.165/2009. COMPATIBILIDADE ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado, tem objetivo de reajustar as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Judicial e Extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 189/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 465/2013, que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, no percentual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2013, e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 65, assegura ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa de leis como a presente.

Assevera o autor, que o impacto econômico-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de R\$33.440.110,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e quarente mil cento e dez reais), R\$54.774.900,00 (cinquenta e quatro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



milhões, setecentos e setenta e quatro mil e novecentos reais) para o exercício de 2014 e R\$60.825.116,00 (sessenta milhões oitocentos e vinte e cinco mil cento e dezesseis reais) para o exercício financeiro de 2015, suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça. O Fundo da Justiça – FUNJUS custeará um incremento na despesa anual de aproximados de R\$2.637.400,00 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil e quatrocentos reais para o exercício de 2013, R\$4.193.400,00 (quatro milhões cento e noventa e três mil e quatrocentos reais) para o exercício de 2014 e R\$4.445.000,00 (quatro milhões quatrocentos e quarente e cinco mil reais) para o exercício de 2015.

Constata-se ainda, que a implementação em folha de pagamento, do reajuste da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Clayton Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



DEPUTADO

PRESIDENTE

DEPUTADO

RELATOR



PROJETO DE LEI 211/2013

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido, para revisão geral anual, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O índice geral de 6,49%, previsto no artigo anterior, abrange os servidores ativos integrantes da Carreira de Advogado, Carreira de Auditor Fiscal – CRE, Carreira de Procurador do Estado, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, Polícia Militar - PMPR, Carreira de Delegado da Polícia Civil, Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, os



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores da PARANAEDUCAÇÃO e dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, os servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e as Gratificações previstas nas Leis nº 13.666/2002, Art. 18, incisos I, II, IV, V e VI, nº 17.026/2011, Art. 13, incisos I e II, nº 17.358/2012, nº 17.382/2012, Art. 13, Inciso IV, § 2º, § 3º e § 4º, nº 17.430/2012, nº 17.432/2012 e nº 17.466/2013.

Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003.

Art. 4º O disposto nesta Lei não se aplica às carreiras da Polícia Civil, que já tiveram o reajuste geral anual de 2013 previsto nos termos do parágrafo 2º, do Art. 8º da Lei nº 17.170 de 24/05/2012, às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entes de Cooperação Econômica, vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão, funções acadêmicas e cargos em comissão de direção acadêmica – Lei 16.372/2009, função comissionada de confiança – FCC - Lei nº 17.075/2012, função comissionada de confiança – FCC - Lei nº 17.026/2011, Função Privativa-Policial – FPP – Lei nº 17.172/2012 e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 5º A aplicação do índice fixado no artigo 1º será implementada em folha de pagamento, no mês subsequente à sanção desta Lei, em cota única retroativa à data de 1º de maio de 2013.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de maio de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

ESTUDO DE REAJUSTE – 6,49% SOBRE REMUNERAÇÃO EM MAIO DE 2013

VALORES	2013			
	Março	Reajuste 6,49%	Impacto Mensal	Impacto Anual (c/ 13ª e Férias)
Valor Remuneração	1.076.964,087	Total	1.145.650	R\$ 68.685.874
				R\$ 640.839.204

Sobre Remuneração Total

Fonte: Bli 03 de Maio de 2013 c/ todos as revisões e folhas complementares

Obs.:

- Cálculo realizado sobre salário remuneração com todas as revisões e complementares - valor bruto do mês de março de 2013.
- Os valores de Cargo em Comissão são valores brutos de folha.
- Não computados: Crescimento vegetativo de 2% ano, Ingressos Programados e Impactos de Demandas Diversas. (valor: R\$500 milhões em 2013)

ctba, 24/05/2013



conferir com a versão original.

Supulito
Palala - 26/05

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 27/05/2013

Presidente



MENSAGEM

Nº 050 /2013

Curitiba, 27 de maio de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer, para revisão geral anual do ano de 2013, o Índice Geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme menciona.

O Anteprojeto ora apresentado visa a dar cumprimento ao preceito constitucional insculpido no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual e no art. 37, X, da Constituição Federal, que versa sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Lei Complementar n.º 101/2000 garante a revisão anual de remuneração prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ainda que as despesas com pessoal estejam acima do limite prudencial.

Como é cediço, a Lei de Responsabilidade Fiscal excetua somente, a revisão anual das remunerações a qual alude o art. 37, X, da Constituição Federal, o que não se confunde com a reposição de perdas salariais ocorridas em períodos anteriores.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Desta forma, apresento o Anteprojeto em anexo, que estabelece a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná, na forma do exposto, do Estado do Paraná para o ano de 2013.

Serão abrangidos com a proposta legislativa os servidores das Carreiras de Advogado do Estado, Auditor Fiscal – CRE e Procurador do Estado, bem como a Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico - Científica do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica - QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, Polícia Militar - PMPR, Carreira de Delegado da Polícia Civil, Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, os Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores da PARANAEDUCAÇÃO e dos Convênios com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Não estão contemplados no presente Anteprojeto de Lei, os servidores das Carreiras da Polícia Civil cujo reajuste geral anual de 2013 já foi previsto nos termos do parágrafo 2º, do art. 8º da Lei nº 17.170, de 24/05/2012 bem como cargos de provimento em comissão e funções comissionadas.

O custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo do Estado do Paraná, no mês de março de 2013, é de aproximadamente R\$ 1.076.964.087,00 (um bilhão, setenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e oitenta e sete reais), incluído o auxílio transporte dos professores e dos servidores do QFEB.

A proposta é conceder 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) de reajuste em cota única, retroativa à data de 1º de maio de 2013, a ser



implementado em folha de pagamento no mês subsequente à sanção da Lei.

A aplicação do índice supracitado importará em uma estimativa de custo da ordem de R\$ 68.685.874,00 (sessenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e setenta e quatro reais) mensais, alcançando, aproximadamente, 291.874 servidores ativos, inativos e geradores de pensão.

A Revisão Geral Anual, objeto do presente anteprojeto de lei, tem fundamento no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal; ademais, o índice aplicado corresponde à inflação do período, não caracterizando, portanto, aumento salarial.

O aumento de despesas com o pessoal decorrente da implantação da revisão geral anual consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

27 MAIO 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 28 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/2013, 211/13 (Mensagem 941/13) e 191/2013, com diminuição de interstício.

Vale a Rasura:

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 28 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/13 (Mensagem Governamental 941/13) e 191/13 (autoria da Mesa Executiva), com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões em, 27 de maio de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

(Assinaturas manuscritas dos deputados subscrevendo o requerimento)

Ademar Traiano
Douglas F.
Accorsi
Francisco Bührer
Fonseca
Gomes
Humberto
Luis
Maurício
Nelson
Rafael
Roberto
Rodrigo
Tarciso
Vitor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 211/2013

Projeto de Lei nº 211/2013.

Autor: Poder Executivo

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

EMENTA: CARREIRAS ESTATUTÁRIAS CÍVIS E MILITAR. REVISÃO GERAL ANUAL. ÍNDICE 6,49%. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REVISÃO ANUAL. ART. 37, INCISO X DA CF. ART 27, INCISO X DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa conceder, para revisão geral anual, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição Estadual ainda estabelece que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre servidores públicos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Seguindo, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Ademais, cumpre salientar, o disposto na Constituição da República, artigo 37, inciso X, sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo, adiante transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No mesmo sentido, reitera a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, no seu art. 27, inciso X, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)


X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Deste modo, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de estarem presentes todos os requisitos legais, constitucionais e de técnica legislativa.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademar Traiano
Relator

APROVADO

28/05/2013